E-BOOK

50 QUESTÕES QUENTES DE CONTABILIDADE DA FCC

SEFAZ GO

2025

APRESENTAÇÃO

Olá, futuro auditor!

É com imensa satisfação que apresentamos o e-book de 50 questões quentes de Contabilidade para o concurso da SEFAZ-GO. Nossos melhores professores, cuidadosamente, selecionaram e comentaram as questões, explicando detalhadamente os assuntos mais difíceis!

Todas as questões foram retiradas de provas da Fundação Carlos Chagas (FCC), banca tradicionalmente exigente na área contábil. A seleção priorizou os temas mais recorrentes e relevantes para concursos da área fiscal, especialmente aqueles que têm grande probabilidade de aparecer na sua prova da SEFAZ-GO.

Como, ao longo de sua preparação, é fundamental que você resolva diversas questões de concursos passados, sabemos que este material será de grande utilidade. Nosso objetivo é proporcionar mais uma valiosa ferramenta de estudo para deixá-lo mais perto de sua aprovação.

Aproveite muito este material! Bons estudos!

Faça parte do grupo de estudos do Estratégia Concursos no WhatsApp!

Use o QRCode abaixo e entre agora mesmo no grupo da Sefaz-GO.

CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

1. (FCC - TRT20 - 2024) Em 01/09/2023 a empresa Vendemos-de-Tudo S.A. não possuía estoque de mercadorias para revenda. Em 15/09/2023 efetuou a compra de um lote de mercadorias de um fornecedor no exterior, pelo valor de R$ 6.000.000, que foram pagos à vista. A empresa incorreu, adicionalmente, nos seguintes encargos para dispor das mercadorias em condições de venda:

- **R$ 600.000 de transporte aéreo internacional para trazer a mercadoria até o Brasil.**
- **R$ 300.000 de taxas e tarifas alfandegárias para ingresso das mercadorias no Brasil, incluindo o imposto de importação.**
- **R$ 90.000 de impostos locais que são compensados com os impostos incidentes quando ocorrer a venda das mercadorias.**
- **R$ 100.000 para transportar a mercadoria do aeroporto até a sede da empresa.**

Em novembro de 2023, a empresa Vendemos- de -Tudo S.A. vendeu noventa por cento (90%) do estoque pelo valor bruto de R$ 8.500.000 e os impostos incidentes na venda totalizaram R$ 1.275.000. O Resultado Bruto com Mercadorias apurado exclusivamente em relação às mercadorias importadas e vendidas foi, em reais:

A) 1.015.000.

B) 3.100.000.

C) 925.000.

D) 844.000.

E) 1.555.000.

Comentários:

A questão solicita o resultado bruto com mercadorias.

Inicialmente, devemos saber que itens entram no custo de estoque. Segundo o CPC 16:

> 11. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição.

No caso da questão, teremos como custo de estoque:

- Compra da mercadoria: R$ 6.000.000
- Transporte internacional: R$ 600.000
- Taxas e tarifas alfandegárias (inclusive II): R$ 300.000
- Transporte interno (do aeroporto até a sede): R$ 100.000

Total = R$7.000.000.

O valor de imposto recuperável não entra no cálculo.

Com isso, já podemos calcular o custo das mercadorias vendidas. A questão diz que foram vendidos 90% do estoque pelo valor de R$8.500.000,00.

Como o estoque tem o valor de R$7.000.000, 90% desse valor será: R$6.300.000.

Com isso, já podemos montar a DRE - demonstração do resultado do exercício:

RECEITA BRUTA DE VENDAS = R$ 8.500.000

(-) impostos sobre vendas = R$ 1.275.000

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS = R$ 7.225.000

(-) custo das mercadorias vendidas = R$ 6.300.000

Resultado bruto = R$ 925.000

Gabarito: C

2. (FCC - Pref J Guararapes - 2024) De acordo com a NEC TG 00 — Estrutura Conceitual, os elementos reconhecidos nas demonstrações contábeis devem ser quantificados em termos monetários através de uma base de mensuração. Descreve uma base de mensuração prevista pela Estrutura Conceitual:

A) O custo corrente de ativo compreende a contraprestação que seria paga na data de mensuração, sem considerar os custos de transação que seriam incorridos nessa data, por ativo idêntico.

B) O custo histórico de ativo compreende a contraprestação paga para adquirir ou criar um ativo mais ágio por expectativa de rentabilidade futura.

C) O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de ativo ou que seria pago pela transferência de passivo em transação extraordinária entre participantes de mercado imperfeito na data da mensuração.

D) O valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa, ou outros benefícios econômicos, que a entidade espera obter do uso do ativo, sem considerar sua alienação final.

E) O valor de cumprimento é o valor presente do caixa, ou de outros recursos econômicos, que a entidade espera ser obrigada a transferir para cumprir a obrigação.

Comentários:

Questão que trata de conhecimentos de bases de mensuração. Vejamos as alternativas com base na Estrutura Conceitual.

A) custo corrente de ativo compreende a contraprestação que seria paga na data de mensuração, sem considerar os custos de transação que seriam incorridos nessa data, por ativo idêntico.

ERRADO. Segundo o CPC 00:

> 6.21 O custo corrente de ativo é o custo de ativo equivalente na data de mensuração, compreendendo a contraprestação que seria paga na data de mensuração mais os custos de transação que seriam incorridos nessa data

A assertiva está errada, pois exclui os custos de transação.

B) O custo histórico de ativo compreende a contraprestação paga para adquirir ou criar um ativo mais ágio por expectativa de rentabilidade futura.

ERRADO. Segundo o CPC 00:

> 6.5 O custo histórico de ativo quando é adquirido ou criado é o valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo mais custos de transação.

Veja que a assertiva incluiu "ágio para expectativa futura", o qual não faz parte do custo histórico.

C) O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de ativo ou que seria pago pela transferência de passivo em transação extraordinária entre participantes de mercado imperfeito na data da mensuração.

ERRADO. Segundo o CPC 00:

> 6.12 Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de ativo ou que seria pago pela transferência de passivo em transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A banca inventou transação extraordinária, portanto, assertiva errada.

D) O valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa, ou outros benefícios econômicos, que a entidade espera obter do uso do ativo, sem considerar sua alienação final.

ERRADO. Segundo o CPC 00:

> 6.17 Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa, ou outros benefícios econômicos, que a entidade espera obter do uso de ativo e de sua alienação final.

A assertiva erra em não considerar a alienação final, portanto, assertiva errada.

E) O valor de cumprimento é o valor presente do caixa, ou de outros recursos econômicos, que a entidade espera ser obrigada a transferir para cumprir a obrigação.

CERTO. Segundo o CPC 00:

> 6.17 Valor de cumprimento é o valor presente do caixa, ou de outros recursos econômicos, que a entidade espera ser obrigada a transferir para cumprir a obrigação.

Assertiva em plena conformidade com a norma.

Gabarito: E

3. (FCC - Pref J Guararapes - 2024) Uma empresa do segmento de educação realizou, durante o mês de dezembro, as transações descritas a seguir:

- **Reconhecimento de participação nos lucros da empresa investida, por meio do método de equivalência patrimonial, o lucro da investida registrado no período foi de R$ 100.000,00 e a participação da empresa investidora corresponde a 25%;**
- **Reconhecimento de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) no valor de R$ 8.000,00;**
- **Reversão de perda por redução ao valor recuperável de ativo imobilizado de R$ 10.000,00;**
- **Pagamento do saldo da conta de salários a pagar no valor de R$ 30.000,00;**
- **Reconhecimento de receitas financeiras no valor de R$ 12.500,00.**

Com base nessas informações, o adequado lançamento contábil da respectiva transação está expresso em:

A) Débito em Receitas Financeiras no valor de R$ 12.500,00; Crédito em Aplicações Financeiras no valor de R$ 12.500,00.

B) Crédito em Investimento no valor de R$ 25.000,00; Débito em Resultado de Equivalência Patrimonial no valor de R$ 25.000,00.

C) Crédito em PECLD no valor de R$ 8.000,00; Débito em Clientes no valor de R$ 8.000,00.

D) Débito em Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativo no valor de R$ 10,000,00; Crédito em Reversão de Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativo no valor de R$ 10.000,00.

E) Crédito em Salários a Pagar no valor de R$ 30.000,00; Débito em Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R$ 30.000,00.

Comentários:

Antes de resolver a questão, devemos nos lembrar de que:

- Ativos são contas devedoras, por isso, aumentam por débito e diminuem por crédito.
- Passivos são contas de natureza credora, por isso, aumentam por crédito e diminuem por débito.
- Receitas também têm natureza credora, portanto, são reconhecidas por crédito.
- Despesas possuem natureza devedora, portanto, são reconhecidas por débito.
- Patrimônio líquido tem natureza credora, aumenta por crédito (ex: lucros) e diminui por débito (ex: prejuízos ou distribuições).
- As contas retificadoras terão o saldo inverso de sua classe. Por exemplo: depreciação acumulada: é uma conta de ativo, mas como reduz o saldo de seu grupo, tem natureza credora.

Com isso, vamos analisar as alternativas:

A) Débito em Receitas Financeiras no valor de R$ 12.500,00; Crédito em Aplicações Financeiras no valor de R$ 12.500,00.

ERRADO. Receita é uma conta credora, então, não se debita para reconhecer receita, e sim credita.

B) Crédito em Investimento no valor de R$ 25.000,00; Débito em Resultado de Equivalência Patrimonial no valor de R$ 25.000,00.

ERRADO. Resultado de Equivalência Patrimonial é uma receita (conta credora), e deve ser creditada. E o Investimento é um ativo (conta devedora), que aumenta por débito. Aqui, o lançamento está invertido.

C) Crédito em PECLD no valor de R$ 8.000,00; Débito em Clientes no valor de R$ 8.000,00.

ERRADO. A PECLD é uma provisão para perdas e constitui uma despesa para a empresa. Esse lançamento é feito quando a empresa acha que não vai receber um valor que um cliente lhe deve. Para isso, reconhece uma despesa com PECLD (devedora) e credita a conta no ativo de PECLD (conta retificadora do ativo)

D) Débito em Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativo no valor de R$ 10,000,00; Crédito em Reversão de Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativo no valor de R$ 10.000,00.

CERTO. No registro da perda por redução:

D. despesa

C. (-) perda por redução ao valor recuperável (redutora ativo)

Quando ocorre a reversão, é feito a "baixa" desse valor, por isso, o ativo será debitado e nesse caso, credita-se uma receita.

D. (-) perda por redução ao valor recuperável (redutora ativo)

C. reversão de perda por redução ao valor recuperável (receita)

E) Crédito em Salários a Pagar no valor de R$ 30.000,00; Débito em Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R$ 30.000,00.

ERRADO. No registro do pagamento de salários, o lançamento é:

D. salários a pagar

C. caixa e equivalentes

Se o valor está saindo do caixa, esse valor precisa diminuir, certo? Como se trata de um ativo, para diminuir, será creditado.

Gabarito: D

4. (FCC - Pref J Guararapes - 2024) A NBC TG 00 - Estrutura Conceitual estabelece as características qualitativas que melhoram a utilidade das informações financeiras que sejam tanto relevantes como forneçam representação fidedigna do que pretendem representar. Uma característica qualitativa de melhoria e sua respectiva definição está expressa em:

A) Compreensibilidade, que implica em classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso, o que pode requerer a omissão de informações de fenômenos complexos.

B) Consistência, que se refere ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades.

C) Comparabilidade, que permite aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre, no mínimo, dois itens.

D) Capacidade de verificação, que significa que diferentes observadores, independentemente do grau de informações que detenham, podem chegar ao consenso de que a representação especifica é fidedigna.

E) Tempestividade, que significa disponibilizar informações úteis aos tomadores de decisões para que sejam capazes de influenciar suas decisões.

Comentários:

A questão solicita a alternativa correta em relação à característica qualitativa de melhoria. Inicialmente, segundo a NBC TG 00, devemos saber que:

Características qualitativas fundamentais:

- Relevância
- Representação fidedigna

Características qualitativas de melhoria:

- Comparabilidade
- Verificabilidade
- Tempestividade
- Compreensibilidade

Com isso, vamos analisar cada alternativa:

A) Compreensibilidade, que implica em classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso, o que pode requerer a omissão de informações de fenômenos complexos.

ERRADO.

Segundo a NBC TG 00:

> 2.34 Classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso as torna compreensíveis.
>
> 2.35 Alguns fenômenos são inerentemente complexos e pode não ser possível tornar a sua compreensão fácil. Excluir informações sobre esses fenômenos dos relatórios financeiros pode tornar mais fácil a compreensão das informações contidas nesses relatórios financeiros. Contudo, esses relatórios seriam incompletos e, portanto, possivelmente distorcidos.

B) Consistência, que se refere ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades. ERRADO. A consistência não é uma característica qualitativa. Consistência, embora relacionada à comparabilidade, não é a mesma coisa.

C) Comparabilidade, que permite aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre, no mínimo, dois itens.

CERTO.

Segundo a NBC TG 00:

> 2.25 Comparabilidade é a característica qualitativa que permite aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens. Diferentemente das outras características qualitativas, a comparabilidade não se refere a um único item. A comparação exige, no mínimo, dois itens.

D) Capacidade de verificação, que significa que diferentes observadores, independentemente do grau de informações que detenham, podem chegar ao consenso de que a representação específica é fidedigna.

ERRADO.

Segundo a NBC TG 00:

> 2.30 A capacidade de verificação ajuda a garantir aos usuários que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar.

E) Tempestividade, que significa disponibilizar informações úteis aos tomadores de decisões para que sejam capazes de influenciar suas decisões.

ERRADO.

Essa assertiva tem um erro bem sutil. O erro está apenas em "disponibilizar informações úteis".

Segundo a NBC TG 00:

> 2.33 Tempestividade significa disponibilizar informações aos tomadores de decisões a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões.

Dessa forma, o gabarito está na letra C.

Gabarito: C

5. (FCC - Pref J Guararapes - 2024) A Pé na Jaca Ltda. é uma empresa do segmento de higiene e limpeza. Em março de 2022, a empresa adquiriu dois lotes de sua principal mercadoria, o desinfetante. Os detalhes das transações são apresentados a seguir:

- **Em 06/03/2022, houve a aquisição de um lote de 200 unidades de seu Fornecedor 1 pelo valor total líquido de impostos recuperáveis de RS 1.800.00. A transação também envolveu custos de transporte no valor R$ 150,00, seguro de R$ 200.00 e manuseio de R$ 400.00;**
- **Em 17/03/2022, houve a aquisição de outro lote de 100 unidades de seu Fornecedor 2, cujo valor total líquido de impostos recuperáveis foi de R$ 2.000,00, mas a empresa Pé na Jaca Ltda. conseguiu obter um desconto comercial de RS 200.00 e, em virtude de atraso na entrega das mercadorias, obteve também um abatimento de R$ 150,00.**

Em 28/03/2022, a empresa Pé na Jaca Ltda. realizou uma venda de 220 unidades de desinfetantes ao seu principal cliente pelo valor total de R$ 4.400,00. Com base nas informações fornecidas e admitindo-se que não havia saldo de estoque remanescente do mês de fevereiro, o critério de avaliação de estoque de desinfetantes utilizado pela empresa Pé na Jaca Ltda. e o custo unitário das mercadorias vendidas, de acordo com a NBC TG 16 (R2) - Estoques, são, respectivamente,

A) Custo médio ponderado - R$ 11,50.

B) Custo médio ponderado - R$ 14,00.

C) Custo específico - R$ 12,75 para as unidades do primeiro lote e RS 16,50 para as unidades do segundo lote.

D) Último a entrar, primeiro a sair - R$ 16,50 para as unidades do segundo lote e R$10.75 para as unidades do primeiro lote.

E) Primeiro a entrar, primeiro a sair - R$ 10, 75 para as unidades do primeiro lote e RS 20,00 para as unidades do segundo lote.

Comentários:

Antes de responder à questão, devemos organizar os dados:

1º Lote – 06/03/2022

- 200 unidades
- Valor de compra: R$ 1.800,00
- Custos adicionais (transporte, seguro, manuseio): R$ 750,00
- Custo total = R$ 2.550,00
- Custo unitário = 2.550 / 200 = R$ 12,75

2º Lote – 17/03/2022

- 100 unidades
- Valor de compra: R$ 2.000,00
- (-) Desconto comercial: R$ 200,00
- (-) Abatimento por atraso: R$ 150,00
- Custo total = R$ 1.650,00
- Custo unitário = 1.650 / 100 = R$ 16,50

Tanto o desconto comercial quanto o abatimento reduzem o custo de aquisição da mercadoria, conforme a NBC TG 16 (item 16).

Posteriormente, em 28/03/2022, houve a venda de 220 unidades. A questão quer saber justamente qual o critério de avaliação de estoques foi utilizado e qual foi o custo unitário da venda.

Segundo a NBC TG 16, é permitido o uso de vários métodos para a avaliação de estoques. Por exemplo, o PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair), custo médio ponderado e ainda a identificação específica.

Vamos analisar cada alternativa:

A) Custo médio ponderado - R$ 11,50.

O custo médio ponderado é calculado pela soma do custo total de estoques, dividido pela quantidade total de itens. Seria o mais certo para utilizar nesse caso, ainda mais com a adequação à norma.

Custo total = 2.550 + 1.650 = 4.200

Quantidade total = 200 + 100 = 300

Custo médio ponderado = 4.200 / 300

Custo médio ponderado = $14,00/unidade.

Portanto, a assertiva está **ERRADA**.

B) Custo médio ponderado - R$ 14,00.

CERTO. Conforme explicado acima, o correto seria o custo médio ponderado, o qual tem custo unitário de R$14,00.

C) Custo específico - R$ 12,75 para as unidades do primeiro lote e RS 16,50 para as unidades do segundo lote.

ERRADO. O método de custo específico não é o adotado pela empresa. Além de que, é utilizado em casos específicos e que cada item é individualmente identificado.

D) Último a entrar, primeiro a sair - R$ 16,50 para as unidades do segundo lote e R$10,75 para as unidades do primeiro lote.

ERRADO. Inicialmente, o UEPS não é permitido, mas mesmo assim, vamos ver como seria o cálculo:
100 unidades × R$ 16,50 (último lote) = R$ 1.650,00

120 unidades × R$ 12,75 = R$ 1.530,00

Portanto, assertiva **errada**.

E) Primeiro a entrar, primeiro a sair - R$ 10, 75 para as unidades do primeiro lote e RS 20,00 para as unidades do segundo lote.

O método do PEPS é permitido, mas o cálculo errado:

200 unidades × R$ 12,75 (primeiro lote)

20 unidades x R$ 16,50 (segundo lote).

Portanto, assertiva **ERRADA**.

Gabarito: B

6. (FCC - BAHIAGÁS - 2024) As decisões operacionais e financeiras de uma organização acerca do caixa levam em consideração tanto as atividades que o aumentam quanto as atividades que o diminuem. Uma atividade que aumenta o caixa é a

A) compra de uma propriedade e o consequente aumento do ativo não circulante.

B) compra de máquinas que têm o potencial de aumentar a capacidade de produção.

C) diminuição do passivo não circulante, ao pagar uma divida de longo prazo superior a um ano.

D) diminuição do ativo não circulante, por meio da venda de uma propriedade com prazo de pagamento inferior a um ano.

E) diminuição do patrimônio líquido, ao recomprar algumas ações.

Comentários:

A questão solicita um exemplo de atividade que aumenta o caixa com entrada de recursos. Vamos analisar as alternativas:

A) compra de uma propriedade e o consequente aumento do ativo não circulante.

ERRADO. Comprar uma propriedade diminui o caixa, pois há uma saída de recursos. Isso aumenta o ativo imobilizado, mas reduz o disponível.

O lançamento aqui seria:

D. propriedade (ativo não circulante)

C. caixa/bancos

B) compra de máquinas que têm o potencial de aumentar a capacidade de produção.

ERRADO. Mesmo que haja aumento futuro de receita, a compra de máquinas gera saída de caixa no momento da aquisição.

O lançamento aqui seria:

D. máquinas e equipamentos (ativo não circulante)

C. caixa/bancos

C) diminuição do passivo não circulante, ao pagar uma divida de longo prazo superior a um ano.

ERRADO. O pagamento de dívidas é uma saída de caixa.

O lançamento seria:

D. empréstimo a pagar (passivo não circulante)

C. caixa/bancos

D) diminuição do ativo não circulante, por meio da venda de uma propriedade com prazo de pagamento inferior a um ano.

CERTO. Vamos pensar: houve a venda de uma propriedade, que resulta na entrada de recursos (aumento do caixa), mesmo que o prazo de pagamento seja de curto prazo. Ocorre a diminuição do ativo não circulante, pois é feita a baixa do valor da propriedade, em contrapartida ao ativo circulante.

E) diminuição do patrimônio líquido, ao recomprar algumas ações.

ERRADO. A recompra de ações reduz o caixa, pois a empresa está pagando por elas no mercado. É uma saída de recursos.

O lançamento seria:

D. ações em tesouraria (patrimônio líquido - redutora)

C. caixa/bancos

Gabarito: D

7. (FCC - BAHIAGÁS - 2024) A contabilidade envolve um processo de coleta de dados e informações, seu processamento e a elaboração de relatórios contábeis. Portanto,

A) o recebimento de contas a receber de clientes é um fato contábil modificativo.

B) o aumento de capital da empresa é considerado um fato contábil permutativo.

C) os fatos contábeis modificativos se dão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante.

D) no registro contábil, em qualquer transação, ao menos duas contas serão afetadas.

E) a distribuição de lucros aos acionistas é considerada um fato contábil permutativo.

Comentários:

Questão que trata de fatos contábeis e pergunta em qual alternativa consta um fato misto aumentativo.

Primeiramente, a classificação dos **fatos contábeis** é dividida em:

- **Fatos Permutativos:** aqueles que não alteram o valor do patrimônio líquido, visto que representam apenas permuta entre elementos patrimoniais.
- **Fatos Modificativos:** aqueles que alteram o valor do patrimônio líquido.
- **Fatos Mistos:** são aqueles que são simultaneamente permutativos e modificativos, podem ser aumentativos ou diminutivos.

Vamos analisar as alternativas:

A) O recebimento de contas a receber de clientes é um fato contábil modificativo.

ERRADO. Nesse caso, há apenas a troca de ativos, portanto é um lançamento permutativo. O lançamento é

D – Caixa

C – Clientes

B) o aumento de capital da empresa é considerado um fato contábil permutativo.

ERRADO. Embora, na essência, o aumento de capital possa parecer uma simples permuta entre Ativo e PL (Caixa entra, PL aumenta), a FCC entende que há um aumento real no PL. Portanto, é considerado um fato contábil modificativo aumentativo.

C) os fatos contábeis modificativos se dão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante.

ERRADO. Fato **modificativo** é qualquer evento que **altere o Patrimônio Líquido**, podendo envolver **qualquer grupo de contas**, não necessariamente apenas entre **Ativo Circulante** e **Passivo Circulante**. Exemplo: pagamento de salários — reduz Caixa (Ativo Circulante) e reconhece Despesa de Salários (diminui o PL).

D) no registro contábil, em qualquer transação, ao menos duas contas serão afetadas.

CERTO. Essa é a base do método das partidas dobradas, que rege toda a contabilidade: "Para todo débito, há um crédito de igual valor."

Portanto, qualquer lançamento contábil afeta no mínimo duas contas.

E) a distribuição de lucros aos acionistas é considerada um fato contábil permutativo.

ERRADO. Nesse caso, é um fato contábil modificativo diminutivo, já que reduz o PL da empresa.

O lançamento poderia ser:

D. Dividendos ou Lucros Acumulados (Patrimônio Líquido)

C. Dividendos a Pagar

Dessa forma, o gabarito é a letra D.

Gabarito: D

8. (FCC - BAHIAGÁS - 2024) Com base nas características qualitativas das demonstrações contábeis, a tempestividade define-se como:

A) Qualidade que torna as informações claras e prontamente entendidas pelos usuários.

B) Disponibilidade das informações aos usuários a tempo de influenciá-los em suas decisões.

C) Transações e eventos agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

D) Característica que permite analisar a evolução da empresa ao longo do tempo.

E) Utilidade das informações em relação às necessidades dos usuários.

Comentários:

A questão solicita a alternativa correta em relação à característica qualitativa de melhoria conhecida como TEMPESTIVIDADE.

Inicialmente, segundo a NBC TG 00, devemos saber que:

Características qualitativas fundamentais:

- Relevância
- Representação fidedigna

Características qualitativas de melhoria:

- Comparabilidade
- Verificabilidade
- Tempestividade
- Compreensibilidade

NBC TG 00

Tempestividade

> 2.33 Tempestividade significa disponibilizar informações aos tomadores de decisões a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões. De modo geral, quanto mais antiga a informação, menos útil ela é. Contudo, algumas informações podem continuar a ser tempestivas por muito tempo após o final do período de relatório porque, por exemplo, alguns usuários podem precisar identificar e avaliar tendências.

Dessa forma, o gabarito está na letra B.

Gabarito: B

9. (FCC - CETESB - 2024) Uma empresa realizou as transações descritas a seguir:

• Transação 1: Gasto à vista de R$ 100.000,00 com pesquisa para criação de ativo intangível (software) gerado internamente.

• Transação 2: Reconhecimento de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) de R$ 65.000,00.

• Transação 3: Reconhecimento pela empresa investidora do montante recebido de dividendos da empresa investida, sendo que sua participação corresponde a 15% e o valor total de dividendos distribuídos foi de R$ 80.000,00.

• Transação 4: Aquisição de Ativo Imobilizado à vista por R$ 280.000,00 sendo que neste valor está incluso R$ 32.000,00 de impostos de importação.

• Transação 5: Reconhecimento de Passivo Contingente derivado de processo trabalhista, cuja saída de recursos econômicos é tida como possível e o valor correspondente é de R$ 160.000,00.

Com base apenas nas informações fornecidas, o correto lançamento contábil da respectiva transação é apresentado em:

A) Transação 5: Crédito de R$ 160.000,00 em Passivo Contingente; Débito de R$ 160.000,00 em Despesa com Passivo Contingente.

B) Transação 1: Débito de R$ 100.000,00 em Ativo Intangível; Crédito de R$ 100.000,00 em Caixa e Equivalentes de Caixa.

C) Transação 2: Débito de R$ 65.000,00 em PECLD; Crédito de R$ 65.000,00 em Contas a Receber.

D) Transação 3: Crédito de R$ 12.000,00 em Receita de Dividendos; Débito de R$ 12.000,00 em Caixa e Equivalentes de Caixa.

E) Transação 4: Débito de R$ 248.000,00 em Ativo Imobilizado; Débito de R$ 32.000,00 em Impostos de Importação; Crédito de R$ 280.000,00 em Caixa e Equivalentes de Caixa.

Comentários:

Para responder à questão, precisamos analisar cada alternativa junto com as transações detalhadas.

A) Transação 5: Crédito de R$ 160.000,00 em Passivo Contingente; Débito de R$ 160.000,00 em Despesa com Passivo Contingente.

- Transação 5: Reconhecimento de Passivo Contingente derivado de processo trabalhista, cuja saída de recursos econômicos é tida como possível e o valor correspondente é de R$ 160.000,00.

Segundo o CPC 25, os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial. Se a saída for possível, como no caso da transação 5, é apenas divulgado em notas explicativas:

> CPC 25
>
> 27. A entidade não deve reconhecer um passivo contingente.

Portanto, assertiva **ERRADA**.

B) Transação 1: Débito de R$ 100.000,00 em Ativo Intangível; Crédito de R$ 100.000,00 em Caixa e Equivalentes de Caixa.

- Transação 1: Gasto à vista de R$ 100.000,00 com pesquisa para criação de ativo intangível (software) gerado internamente.

Segundo o CPC 04 – ativo intangível, durante a fase de pesquisa, nenhum ativo intangível deve ser reconhecido. Nesse caso, todos os gastos dessa fase serão tratados como despesa. Portanto, a assertiva está **ERRADA**.

C) Transação 2: Débito de R$ 65.000,00 em PECLD; Crédito de R$ 65.000,00 em Contas a Receber.

- Transação 2: Reconhecimento de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) de R$ 65.000,00.

A empresa registra PECLD quando percebe que existe risco de não receber parte dos valores a receber (clientes inadimplentes). Quando há o registro dessa provisão com perdas, o lançamento é:

Débito: Despesa com Perdas Estimadas (resultado)

Crédito: PECLD (conta redutora do ativo)

Posteriormente, se for confirmada a inadimplência, aí sim será reduzido o valor em contas a receber (ou clientes):

Débito: PECLD (conta redutora do ativo)

Crédito: Contas a Receber

Portanto, assertiva **ERRADA**.

D) Transação 3: Crédito de R$ 12.000,00 em Receita de Dividendos; Débito de R$ 12.000,00 em Caixa e Equivalentes de Caixa.

- Transação 3: Reconhecimento pela empresa investidora do montante recebido de dividendos da empresa investida, sendo que sua participação corresponde a 15% e o valor total de dividendos distribuídos foi de R$ 80.000,00.

Inicialmente, devemos saber que nesse caso não se trata de uma controlada ou coligada, porque, do contrário, usaríamos o método de equivalência patrimonial. A participação de 15% indica que a investidora não tem influência significativa, portanto, os dividendos são reconhecidos como receita financeira, e não por equivalência patrimonial (CPC 18).

> [...] Por outro lado, se o investidor detém, direta ou indiretamente (por meio de controladas, por exemplo), menos de vinte por cento do poder de voto da investida, presume-se que ele não tenha influência significativa, a menos que essa influência possa ser claramente demonstrada. [...]

Dividendos recebidos: 15% de R$ 80.000 = R$ 12.000

Desse modo, o lançamento é:

Débito em Caixa: R$ 12.000

Crédito em Receita de Dividendos: R$ 12.000

Portanto, **ASSERTIVA CORRETA**, e é o nosso gabarito.

E) Transação 4: Débito de R$ 248.000,00 em Ativo Imobilizado; Débito de R$ 32.000,00 em Impostos de Importação; Crédito de R$ 280.000,00 em Caixa e Equivalentes de Caixa.

- Transação 4: Aquisição de Ativo Imobilizado à vista por R$ 280.000,00 sendo que neste valor está incluso R$ 32.000,00 de impostos de importação.

De acordo com o CPC 27, o custo de aquisição do ativo imobilizado inclui todos os gastos necessários à colocação do bem em condições de uso, inclusive impostos não recuperáveis (como o de importação).

> 16. O custo de um item do ativo imobilizado compreende:
>
> (a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;

Então, o correto seria:

Débito em Ativo Imobilizado: R$ 280.000

Crédito em Caixa: R$ 280.000

Portanto, assertiva **ERRADA**.

Gabarito: D

10. (FCC - MPE AM - 2024) A empresa Porteira é responsável pela comercialização de um tipo específico de xícara de café. Em 06/01/2023, a empresa adquiriu 200 xícaras, a prazo, pelo preço unitário de R$ 8,00; porém, em virtude do volume, obteve um desconto financeiro de 10% sobre o valor total da compra. Em 11/01/2023, a empresa optou pela devolução de 10 xícaras da compra anterior, visto que vieram com avarias. Isso gerou um abatimento de R$ 72,00 no valor da compra. Em 20/01/2023, a empresa fez uma nova aquisição de mercadorias; dessa vez, foram compradas 100 xícaras ao preço unitário de R$ 10,00. Em 30/01/2023. a empresa vendeu 250 xícaras por R$ 3.750,00. Considere que nenhuma outra venda foi realizada durante o mês de janeiro e que havia estoque Inicial de 20 xícaras, adquiridas por R$ 7,50 cada uma. Como a empresa Porteira adota o critério de valoração de estoques "Primeiro a entrar, primeiro a sair" (PEPS), o valor do Custo da Mercadoria Vendida (CMV) reconhecido na Demonstração de Resultado do Exercício da empresa, em 31/01/2023 é, em reais,

A) 2.080,00.

B) 1.918,00.

C) 1.968,00.

D) 2.078,00.

E) 2.030,85.

Comentários:

Vamos organizar os dados da questão:

Compra de 200 xícaras a R$ 8,00 cada, com 10% de desconto – 06/01/2023

- Preço unitário original: R$ 8,00
- Desconto de 10%: R$ 0,80 (10% de R$ 8,00)
- Preço unitário com desconto: R$ 8,00 - R$ 0,80 = R$ 7,20
- Custo total da compra: 200 xícaras x R$ 7,20 = R$ 1.440,00

Devolução de 10 xícaras - 11/01/2023

- Custo unitário das xícaras devolvidas: R$ 7,20
- Total da devolução: 10 xícaras x R$ 7,20 = R$ 72,00
- Após a devolução, o estoque de xícaras da primeira compra passa a ser de 190 xícaras (ou $1.368)

Compra de 100 xícaras a R$ 10,00 - 20/01/2023

- Custo total da compra: 100 xícaras x R$ 10,00 = R$ 1.000,00

Estoque inicial

- 20 xícaras a R$ 7,50 cada = R$ 150,00

A questão informou que houve a venda de 250 xícaras e que o critério é o PEPS, isto é, Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair, ou seja: as primeiras xícaras que entram no estoque são as primeiras a sair. Ademais, o que a questão solicita é o CMV – custo das mercadorias vendidas. Vamos calcular:

1º: estoque inicial:

- 20 xícaras a R$ 7,50 cada = R$ 150,00

CMV = 150,00

2º: compra do dia 06/01/2023:

- 190 xícaras (250 –20 = 230 falta para compor)
- R$ 7,20 cada = R$ 150,00

CMV: 190 x R$ 7,20 = R$ 1.368,00

*** Nesse cálculo, não se esqueça da devolução de 10 xícaras: o estoque foi reduzido para 190 xícaras.*

Ainda faltam 40 xícaras (250 – 20 – 190), que serão calculadas pela última compra do dia 20/01/2023.

3º: compra do dia 06/01/2023:

• 40 xícaras x R$ 10 cada

CMV: R$ 400,00

O Custo da Mercadoria Vendida (CMV) será a soma de todos os custos das xícaras vendidas:

CMV Total = R$ 150,00 + R$ 1.368,00 + R$ 400,00 = R$ 1.918,00.

Gabarito: B

11. (FCC - TRT 11 - 2024) A indústria ÔMEGA Ltda. produziu, em março de 20X3, 2.000 unidades de seu produto, sendo que 1.500 unidades foram vendidas no período pelo preço final de venda de R$ 134,40 cada unidade. O custo variável unitário da mercadoria vendida foi de R$ 30,00 por unidade, mas a empresa incorreu ainda em R$ 64.000,00 de custos fixos indiretos de fabricação, distribuídos igualmente entre as unidades produzidas. Nesta transação de venda, houve a incidência de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) à alíquota de 18% e incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à alíquota de 12%. A entidade incorreu ainda em despesas de vendas de R$ 20.000,00 e outras despesas administrativas de R$ 15.000,00. Com base nas informações apresentadas e considerando que a entidade utiliza o método de custeio permitido pelo CPC16(R1) - Estoques, que não foram registradas outras receitas no período e que não havia estoque remanescente do mês anterior, o Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro da empresa ÔMEGA Ltda. no mês de março de 20X3 foi, em reais,

A) 3.600,00.

B) 28.350,00.

C) 13.120,00.

D) 19.600,00.

E) 37.800,00.

Comentários:

A questão trata da operação de comercialização de mercadorias produzidas na indústria ÔMEGA Ltda. Isso inclui o método de custeio para estabelecimentos dos custos dos produtos vendidos - CMV e apuração de resultado.

Destaca-se que o CPC 16 (R1) estabelece que os estoques devem ser mensurados pelo custeio por absorção. Abaixo estão descritas as etapas necessárias para que se chegue ao resultado:

1. Faturamento total bruto da venda:

A empresa produziu 2.000 unidades, mas vendeu apenas 1.500 em março de 20X3. O preço de venda foi R$134,40 por unidade. Isso já nos dá o faturamento total bruto da venda:

$$134,40 \times 1.500 = R\$201.600,00$$

Porém, é necessário considerar os tributos incidentes para chegar à receita líquida.

2. Tributos sobre a venda:

Temos dois impostos aqui:

- IPI (12%), que é "por fora" – ou seja, ele é adicionado ao preço do produto.
- ICMS (18%), que é "por dentro" – ou seja, já está embutido no preço.

Inicialmente, ajusta-se o preço para retirar o IPI. Como o preço final com IPI é R$ 134,40, e o IPI representa 12% por fora, podemos fazer uma regra de três para encontrar o valor sem IPI:

$$134,40/1,12 = R\$120,00$$

Ou seja, o valor do produto **sem o IPI** é R$ 120,00. O IPI, então, é:

$$134,40 - 120,00 = R\$14,40 \text{ por unidade}$$

Agora, calculamos o ICMS, que é 18% **sobre o valor com ICMS**, ou seja, sobre R$ 120,00:

$$120,00 \times 18\% = R\$21,60 \text{ por unidade}$$

3. Encontrando a Receita Líquida:

Cálculo da Receita Líquida	Valor (R$)
Faturamento Bruto (R$ 134,40 × 1.500)	201.600,00
(-) IPI (por fora) (R$ 14,40 × 1.500)	(21.600,00)
= Receita Bruta sem IPI	180.000,00
(-) ICMS (por dentro) (R$ 21,60 × 1.500)	(32.400,00)
= Receita Líquida	147.600,00

4. Calculando o CMV (Custo das Mercadorias Vendidas):

Atenção aqui: usam-se 1.500 unidades vendidas, mas os custos fixos precisam ser divididos pela produção total de 2.000 unidades, pois são custos de fabricação.

Composição do CMV	Cálculo	Valor (R$)
Custo Variável Total	R$ 30,00 × 1.500 unid.	45.000,00
Custo Fixo Unitário	R$ 64.000 / 2.000 unid.	32,00
Custo Fixo Total (para 1.500 unid. vendidas)	R$ 32,00 × 1.500 unid.	48.000,00
= Custo das Mercadorias Vendidas (CMV)	45.000,00 + 48.000,00	93.000,00

5. Finalizando a DRE.

Agora, subtrai-se o CMV da Receita Líquida e, após, efetua-se a dedução as despesas:

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	Valor (R$)
Receita Líquida	147.600,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas (CMV)	(93.000,00)
= Lucro Bruto	54.600,00
(-) Despesas com Vendas	(20.000,00)
(-) Despesas Administrativas	(15.000,00)
= Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	19.600,00

Com base nas informações apresentadas, conclui-se que o Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro da empresa ÔMEGA Ltda. no mês de março de 20X3 foi de R$ 19.600,00, tornando correta a alternativa D.

Gabarito: D

12. (FCC - TRT 11 - 2024) De acordo com o CPC 00 (R2) — Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, a informação financeira útil precisa apresentar certas características qualitativas, divididas em fundamentais e de melhoria. Sobre este assunto, analise as assertivas a seguir.

I. Comparabilidade refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades.

II. Representação fidedigna significa que diferentes observadores bem-informados e independentes podem chegar ao consenso quanto a informação.

III. Compreensibilidade é alcançada quando se consegue classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso.

Está correto o que se afirma em

A) **II** e **III**, apenas.

B) **I**, **II** e **III**.

C) **I**, apenas.

D) **III**, apenas.

E) **I** e **II**, apenas.

Comentários:

A questão trata das características qualitativas da informação financeira útil, conforme o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Essas características são divididas em:

- Fundamentais: relevância e representação fidedigna.
- De melhoria: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

A seguir, a análise de cada assertiva:

I- Comparabilidade refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades.

ALTERNATIVA INCORRETA. Essa definição, na verdade, refere-se à consistência, que é um aspecto relacionado à comparabilidade, porém, não é o mesmo conceito. De acordo com **CPC 00 (R2)**:

> **"2.26 Consistência** refere-se ao **uso dos mesmos métodos para os mesmos itens,** seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades. Comparabilidade é a meta; a consistência ajuda a atingir essa meta." (grifou-se)

II- Representação fidedigna significa que diferentes observadores bem-informados e independentes podem chegar ao consenso quanto a informação.

ALTERNATIVA INCORRETA. Essa definição está relacionada à verificabilidade, e não à representação fidedigna. Segundo o **CPC 00 (R2)**:

> "2.30 Capacidade de verificação significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna." (grifou-se)

III- Compreensibilidade é alcançada quando se consegue classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso.

Essa definição está alinhada com o item 2.34 do CPC 00 (R2): "Classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso as torna compreensíveis."

Portanto, está correto o que se afirma na **III**, apenas. Alternativa correta, letra D.

Gabarito: D

13. (FCC - TRT 11 - 2024) Uma empresa comercial adquiriu, de estabelecimento de empresa fornecedora localizada no mesmo Município, mercadorias para serem revendidas a consumidores finais. Na Nota Fiscal do seu fornecedor, constavam os seguintes dados:

I. Valor das mercadorias: R$ 2.500,00.

II. Valor do frete cobrado do adquirente: R$ 500,00.

III. Alíquota de ICMS: 18%.

IV. Valor total da Nota Fiscal: R$ 3.000,00.

Considerando que o ICMS é um imposto recuperável para a empresa comercial adquirente, o valor do ICMS a recuperar e o valor contábil dos estoques das mercadorias adquiridas são, respectivamente, de:

A) R$ 450,00 e de R$ 2.550,00

B) R$ 630,00 e de R$ 3.500,00

C) R$ 540,00 e de R$ 3.000,00

D) R$ 450,00 e de R$ 3.000,00

E) R$ 540,00 e de R$ 2.460,00

Comentários:

A presente questão aborda a contabilização de estoques em uma empresa comercial, considerando os elementos da nota fiscal de aquisição e a aplicação das normas contábeis previstas no Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1), que trata do tratamento contábil dos estoques.

De acordo com o CPC 16 (R1):

> "11. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços." (grifou-se).

Portanto, ao calcular o valor contábil dos estoques, devem ser incluídos os custos diretamente relacionados à aquisição, como o frete, e excluídos os tributos recuperáveis, como o ICMS.

O ICMS é um tributo recuperável pela empresa adquirente, e incide sobre o valor total da operação, incluindo o frete, uma vez que esse foi cobrado pelo fornecedor:

Base de cálculo do ICMS= R$2.500,00+R$500,00=R$3.000,00

ICMS a recuperar = R$3.000,00×18%=R$540,00

Já o valor dos estoques = R$2.500,00+R$500,00−R$540,00=R$2.460,00

Pelo exposto, o valor do ICMS a recuperar é de R$ 540,00 e o valor contábil dos estoques é de R$ 2.460,00.

Dessa forma, a alternativa correta é a E.

Gabarito: E

14. (FCC - TJ BA - 2023) A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC "DO", R2) estabelece as características qualitativas de informações financeiras úteis. No que diz respeito às características qualitativas fundamentais, as informações financeiras devem:

I. Ser relevantes, ou seja, capazes de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários, ainda que alguns usuários optem por não tirar vantagem delas.

II. Representar de forma fidedigna a essência dos fenômenos, o que implica que a informação financeira seja completa, neutra e isenta de erros.

III. Ter materialidade, o que significa que sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar razoavelmente as decisões tomadas pelos principais usuários de relatórios financeiros com base neles.

IV. Ter comparabilidade, isto é, permitir aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens.

Está correto o que se afirma APENAS em

A) **I**, **II** e **III**.

B) **I**, **III** e **IV**.

C) **I** e **II**.

D) **I** e **III**.

E) **II** e **IV**.

Comentários:

A questão aborda a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, conforme estabelecido pelo Pronunciamento Conceitual Básico CPC 00 (R2), que define as características qualitativas da informação financeira útil. Essas características são divididas entre fundamentais (relevância e representação fidedigna) e as de melhoria.

A seguir, apresenta-se a análise de cada alternativa, avaliando-as de acordo com as características qualitativas fundamentais:

I. Ser relevantes, ou seja, capazes de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários, ainda que alguns usuários optem por não tirar vantagem delas.

AFIRMATIVA VERDADEIRA. A **relevância** é uma característica qualitativa fundamental. De acordo com o CPC 00 (R2):

> "2.6 Informações financeiras relevantes são capazes de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários. Informações podem ser capazes de fazer diferença em uma decisão ainda que alguns usuários optem por não tirar vantagem delas ou já tenham conhecimento delas a partir de outras fontes." (grifou-se)

II. Representar de forma fidedigna a essência dos fenômenos, o que implica que a informação financeira seja completa, neutra e isenta de erros.

AFIRMATIVA VERDADEIRA. A representação fidedigna também é uma característica qualitativa fundamental. Segundo o CPC 00 (R2):

> "2.13 Para ser representação perfeitamente fidedigna, a representação tem três características. Ela é completa, neutra e isenta de erros. Obviamente, a perfeição nunca ou raramente é atingida. O objetivo é maximizar essas qualidades tanto quanto possível. "(grifou-se)

III. Ter materialidade, o que significa que sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar razoavelmente as decisões tomadas pelos principais usuários de relatórios financeiros com base neles.

AFIRMATIVA VERDADEIRA. A materialidade é tratada como um aspecto específico da relevância, conforme indicado no item 2.11 do CPC 00 (R2).

> "2.11 A informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar, razoavelmente, as decisões que os principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais (ver item 1.5) tomam com base nesses relatórios, que fornecem informações financeiras sobre entidade específica que reporta. Em outras palavras, materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade com base na natureza ou magnitude, ou ambas, dos itens aos quais as informações se referem no contexto do relatório financeiro da entidade individual. Consequentemente, não se pode especificar um limite quantitativo uniforme para materialidade ou predeterminar o que pode ser material em uma situação específica." (grifou-se)

IV. Ter comparabilidade, isto é, permitir aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens.

AFIRMATIVA FALSA. Conforme descrito no item 2.23 do CPC 00 (R2) a comparabilidade não é uma característica fundamental, mas sim uma característica qualitativa de melhoria. Ela auxilia na utilidade da informação, mas depende da existência prévia das características fundamentais para ser efetivamente aplicada.

> "2.23 Comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade de informações que sejam tanto relevantes como forneçam representação fidedigna do que pretendem representar. As características qualitativas de melhoria podem também ajudar a determinar qual de duas formas deve ser utilizada para representar o fenômeno caso se considere que ambas fornecem informações igualmente relevantes e representação igualmente fidedigna desse fenômeno."(grifou-se)

Dessa forma, as afirmativas **I, II e III** estão corretas, pois tratam de características qualitativas fundamentais conforme estabelecidas pelo CPC 00 (R2), o que faz da alternativa A o gabarito.

Gabarito: A

15. (FCC - TJ BA - 2023) Em abril de 20X1, a tapeçaria Noronha adquiriu insumos para sua produção, especificamente, novelos de lã natural premium tingidos artificialmente. A mercadoria foi adquirida pelo valor de R$ 360.000,00, o qual inclui 15% de impostos não recuperáveis e considera um desconto comercial aplicado de 10%.
A empresa arcou ainda com gastos com transporte de R$ 10.000,00, seguro de R$ 20.000,00 e manuseio para colocá-lo em condições de uso de R$ 2.400,00. A tapeçaria Noronha também incorreu em gastos com mão de obra direta no valor de R$ 5.000,00 para separar os fios para a produção de uma encomenda de tapetes.

A tapeçaria Noronha é uma empresa que segue as normas internacionais para a elaboração de suas demonstrações contábeis. Assim, os estoques de fios de lã natural premium adquiridos em abril de 20X1 foram registrados inicialmente no ativo da empresa pelo valor, em reais, de

A) 400.000,00

B) 343.400,00

C) 306.000,00

D) 437.400,00

E) 392.400,00

Comentários:

A presente questão versa sobre a correta mensuração inicial de estoques, conforme os preceitos estabelecidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por meio do Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) – Estoques, norma que trata da contabilização de ativos classificados como estoques nas demonstrações financeiras elaboradas segundo padrões internacionais.

De acordo com CPC 16 (R1) do referido pronunciamento:

> "10. O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.
>
> *"11. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços" (grifou-se).*

A empresa Tapeçaria Noronha efetuou a aquisição de fios de lã natural premium pelo valor de R$360.000,00, já considerando 15% de impostos não recuperáveis e 10% de desconto aplicado. Além disso, são somados os custos adicionais que fazem parte do custo de aquisição, como se segue:

Descrição	Valor (R$)
Preço total da compra (já com 15% de impostos não recuperáveis e 10% de desconto aplicado)	360.000
(+) Frete	10.000
(+) Seguro	20.000
(+) Manuseio	2.400
(=) Custo final do estoque	392.400

Com base nas informações apresentadas, o valor para registro inicial do estoque de fios de lã natural premium adquirido pela Tapeçaria Noronha, seguindo os critérios estabelecidos pelo CPC 16 (R1), é de R$392.400,00, correspondente à alternativa E.

Obs 1: O valor de R$360.000,00 é o montante já ajustado, conforme explicitado no enunciado: *"valor o qual inclui 15% de impostos não recuperáveis e considera um desconto comercial aplicado de 10%"*. Portanto, não é necessário aplicar novo cálculo de percentual, bastando utilizá-lo como base para a adição dos demais custos diretamente atribuíveis à aquisição.

Obs 2: A empresa ainda incorreu em R$5.000,00 de mão de obra direta para separar os fios com vistas à produção de uma encomenda de tapetes. No entanto, conforme orienta o CPC 16 (R1), esse tipo de despesa é classificado como custo de transformação, portanto, não deve ser incluído na mensuração inicial do estoque de matéria-prima, mas sim apropriado à produção.

Gabarito: E

16. (FCC - COPERGÁS - 2023) A tabela abaixo demonstra as entradas de um tipo de cilindro de gás no estoque de uma empresa hipotética:

Dia	NF	Produto	Entradas		
			Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
29-Dez-22	1	cilindro P45	40	150,00	6.000,00
15-Jan-23	2	cilindro P45	100	180,00	18.000,00
31-Jan-23	3	cilindro P45	40	200,00	8.000,00
5-Fev-23	4	cilindro P45	50	220,00	11.000,00

Ao receber o relatório de saídas desse mesmo cilindro, constatou-se:

- **31/01/2023 – deram saída do estoque 60 unidades do cilindro P45.**
- **15/02/2023 – deram saída do estoque 80 unidades do cilindro P45.**
- **21/02/2023 – deram saída do estoque 60 unidades do cilindro P45.**

Com base nessas informações e fundamentado no método PEPS, o saldo financeiro total do estoque é, em reais, igual a:

A) 6.600,00.

B) 12.400,00.

C) 8.600,00.

D) 9.400,00.

E) 10.800,00.

Comentários:

A presente questão versa sobre a avaliação de estoques com base no método PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair), técnica amplamente aceita e disciplinada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por meio do Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) – Estoques.

De acordo com o item 25 do referido pronunciamento:

> "O custo dos estoques deve ser atribuído pelo uso de fórmulas de custeio, tais como o método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS) ou o método do custo médio ponderado" (CPC 16 (R1), 2011, item 25). (grifou-se)

O método PEPS assume que as primeiras unidades adquiridas são as primeiras a serem baixadas do estoque, refletindo, assim, um critério cronológico de movimentação que impacta diretamente na composição do custo das mercadorias remanescentes.

Com base nas transações apresentadas no enunciado, foi elaborada uma tabela, que evidencia toda a movimentação de estoque do período:

Data	Operação	Quantidade (unidades)	Valor Unitário (R$)	Total (R$)	Observações
28/12/2022	Compra	40	150,00	6.000,00	Esgotado após a venda do dia 31/01
15/01/2023	Compra	100	180,00	18.000,00	80 unid. restaram venda do dia 31/01 zerado venda dia 15/02.
31/01/2023	Venda	60	—	—	Baixa: 40 (150,00) + 20 (180,00)
31/01/2023	Estoque	80	180,00	14.400,00	Estoque restante da compra de 15/01
31/01/2023	Compra	40	200,00	8.000,00	Esgotado após venda do dia 21/02
05/02/2023	Compra	50	220,00	11.000,00	baixa de 20 un. 21/02 / restaram 30 unidades
15/02/2023	Venda	80	—	—	Baixa: 80 (180,00)

Data	Operação	Quantidade (unidades)	Valor Unitário (R$)	Total (R$)	Observações
15/02/2023	Estoque	90	200,00	18.000,00	Composto por 40 (200,00) + 50 (220,00)
21/02/2023	Venda	60	—	—	Baixa: 40 (200,00) + 20 (220,00)
21/02/2023	Estoque	30	220,00	6.600,00	Saldo final do estoque

Conforme o que se demonstrou, o valor do saldo financeiro total do estoque, com base na aplicação correta do método PEPS, é de R$ 6.600,00

Gabarito: A

17. (FCC - COPERGÁS - 2023) Considere as seguintes definições dos elementos das demonstrações contábeis, constantes no Pronunciamento Técnico CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro:

I. Obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

II. Aumentos nos ativos, ou redução nos passivos, que resultam em aumento no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.

III. Recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

IV. Redução nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.

V. Participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

As definições I, II, III, IV e V correspondem, respectivamente, a:

A) Patrimônio Líquido – Receita – Ativo – Despesa – Passivo.

B) Passivo – Receita – Ativo – Despesa – Patrimônio Líquido.

C) Passivo – Despesa – Ativo – Receita – Patrimônio Líquido.

D) Patrimônio Líquido – Despesa – Receita – Ativo – Passivo.

E) Passivo – Receita – Despesa – Ativo – Patrimônio Líquido.

Comentários:

A questão exige que o candidato identifique os elementos das demonstrações contábeis conforme definidos na Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, estabelecida pelo Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O objetivo é associar corretamente cada definição apresentada ao correspondente elemento contábil.

A seguir, analisa-se cada uma das definições fornecidas:

I. "Obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados."

Essa definição se refere ao passivo. De acordo com o CPC 00 (R2, item 4.26): *"Passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados."*

II. "Aumentos nos ativos, ou redução nos passivos, que resultam em aumento no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio."

Tal definição corresponde à receita. Conforme dispõe o CPC 00 (R2):

> *"4.68. Receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio."*

III. "Recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados."

Essa definição está associada ao ativo. Segundo o CPC 00 (R2): " *4.3. Ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados."*

IV. "Redução nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio."

Trata-se da despesa, definida no CPC 00 (R2) como:

> *"4.69. reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio."*

V. "Participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos."

Essa definição é característica do patrimônio líquido. Nos termos do CPC 00 (R2, item 4.63), "Patrimônio líquido é a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos."

Dessa forma, as definições I, II, III, IV e V correspondem, respectivamente, a: Passivo – Receita – Ativo – Despesa – Patrimônio Líquido, o que torna correta a alternativa B.

Gabarito: B

18. (FCC - COPERGÁS - 2023) A empresa Crystal S.A. adquiriu mercadorias para revenda no valor de R$ 150.000 à vista, sendo que dentro desse valor estão inclusos tributos recuperáveis de R$ 15.000. A empresa Crystal S.A. também teve que desembolsar R$ 5.000 de frete, e R$ 1.500 para uma seguradora, para garantir o transporte das mercadorias até o seu depósito.

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 02 – Estoques, o valor a ser registrado na conta de Estoques da empresa Crystal S.A. é, em reais:

A) 141.500.

B) 156.500.

C) 140.000.

D) 155.000.

E) 150.000.

Comentários:

Para responder corretamente à questão, faz-se necessário observar os critérios de reconhecimento e mensuração dos estoques, conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) – Estoques. O referido pronunciamento estabelece que:

> *"11. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição." (grifou-se)*

Procede-se, então, ao seguinte cálculo:

Valor total da aquisição..... R$ 150.000,00

(−) Tributos recuperáveis.....(R$ 15.000,00)

(+) Frete.....R$ 5.000,00

(+) Seguro.....R$ 1.500,00

Valor total do estoque ..... R$141.500,00

Pelo exposto, conclui-se que o valor a ser registrado na conta de Estoques da empresa Crystal S.A. é de R$ 141.500,00. Isso faz com que a alternativa correta seja a letra A.

Gabarito: A

19. (FCC - COPERGÁS - 2023) O departamento comercial de uma companhia de gás solicita ao contador da empresa que o auxilie na determinação da tarifa do metro cúbico (m^3) de gás natural para uso veicular. Considere os dados fictícios, vigentes no Estado em que está localizada a empresa de gás, de que, sobre as tarifas de fornecimento para o segmento de uso veicular, incidem 12% de ICMS e 0% de PIS/COFINS.

Considerando apenas o ICMS e as contribuições de PIS/COFINS e sabendo que a tarifa, sem tributos, para novembro de 2022, era de R$ 2,5556 por metro cúbico (m^3); o valor da tarifa (com tributos) do metro cúbico (m^3) de gás natural para uso veicular para novembro de 2022, foi, em reais, de

A) 2,5556.

B) 2,8622.

C) 2,9041.

D) 3,0156.

E) 2,2818.

Comentários:

A presente questão requer do aluno a apuração do valor da tarifa com a inclusão do ICMS, imposto que incide "por dentro", isto é, integra sua própria base de cálculo. O cálculo deve ser feito com a seguinte seguinte fórmula:

$$\textit{Tarifa com ICMS} = \frac{\textit{Tarifa sem tributos}}{\textit{1 - alíquota de ICMS}}$$

Conforme os dados fornecidos:

- Tarifa sem tributos: R$ 2,5556
- Alíquota do ICMS: 12% (ou 0,12)
- PIS/COFINS: 0% (sem impacto no cálculo)

Aplicando a fórmula:

$$\textit{Tarifa com ICMS} = \frac{2,5556}{1 - ,012} = \frac{2,5556}{0,88} \sim \textit{R\$ 2,9041}$$

Logo, o valor da tarifa do metro cúbico (m³) de gás natural com os tributos embutidos é de R$2,9041. A alternativa que apresenta esse valor é a C.

Importante observar que, no cálculo "por dentro", o percentual de 12% do ICMS não incide sobre o valor líquido, mas sim sobre o valor final com o imposto já incluído, conforme a sistemática de cálculo prevista na legislação tributária. Esse é um dos aspectos que diferenciam o ICMS de tributos “por fora”, como o IPI ou o ISS.

Gabarito: C

20. (FCC - COPERGÁS - 2023) Uma indústria pernambucana do segmento de fabricação de produtos plásticos não relacionados com embalagens para bebidas, água, refrigerante ou cerveja, que se encontra enquadrada no regime não-cumulativo de PIS e COFINS, adquiriu, no mês de setembro de 2022, determinados insumos industriais, que são essenciais para seu processo produtivo.
A aquisição destes insumos foi acompanhada de Nota Fiscal no valor total de R$ 100.000,00, sendo que o ICMS, calculado com base na alíquota de 18%, foi destacado pelo fornecedor, e houve a incidência das contribuições PIS-COFINS, pelo regime cumulativo.

Em relação a essa aquisição, os montantes de créditos fiscais das contribuições PIS-COFINS e de ICMS são, em reais, respectivamente,

A) 9.250,00 e 21.240,00.

B) 3.650,00 e 14.760,00.

C) 3.650,00 e 18.000,00.

D) 9.250,00 e 18.000,00.

E) 9.250,00 e 14.760,00.

Comentários:

A presente questão exige do candidato a correta interpretação e aplicação dos princípios da não cumulatividade das contribuições sociais do PIS/PASEP e da COFINS, bem como do ICMS, no contexto de uma operação de aquisição de insumos por uma indústria, optante pelo regime não cumulativo.

Isto posto, deve-se apurar o valor do ICMS destacado na nota fiscal da operação:

$$ICMS = R\$100.000,00 \times 0,18 = R\$18.000,00$$

Esse valor corresponde ao montante do crédito de ICMS a ser apropriado pela indústria adquirente, considerando que se trata de insumos essenciais à atividade produtiva, conforme os princípios da não cumulatividade previstos na Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir).

A questão menciona que a operação do fornecedor está submetida ao regime cumulativo de PIS/COFINS. Nesse caso, a indústria compradora, que adota o regime não cumulativo, pode aproveitar crédito de acordo com as alíquotas do regime não cumulativo, conforme os artigos 2º e 16 da Lei nº 10.833/2003:

- PIS (não cumulativo): 1,65%
- COFINS (não cumulativo): 7,6%

Contudo, como o fornecedor está no regime cumulativo, o crédito permitido à adquirente limita-se à alíquota incidente na operação de compra:

- PIS (cumulativo): 0,65%
- COFINS (cumulativo): 3,00%

Ademais, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, com repercussão geral reconhecida (Tema 69), o valor do ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS:

> "O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência da contribuição para o PIS e da COFINS" (BRASIL, STF, RE 574.706/PR, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 15/03/2017).

Portanto, a base de cálculo correta das contribuições deve excluir o valor do ICMS:

Base de cálculo = R$ 100.000,00 − R$ 18.000,00 = R$ 82.000,00

Cálculo do PIS:

PIS = R$82.000,00 × 0,0065 = R$533,00

Cálculo da COFINS:

COFINS = R$82.000,00 × 0,03= R$2.460,00

Total dos créditos de PIS/COFINS:

Crédito total = R$533,00 + R$2.460,00 = R$ 2.993,00

A banca examinadora apontou como gabarito a letra D (R$ 9.250,00 e R$ 18.000,00), o que não se sustenta, visto que considera equivocadamente a inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições.

Tal prática está em desacordo com a jurisprudência consolidada pelo STF (RE 574.706/PR), sendo, portanto, justificável a anulação da questão, por violação ao princípio da legalidade tributária e à correta apuração da base de cálculo das contribuições sociais.

Gabarito oficial da banca: letra D, porém deveria ser ANULADA.

Gabarito do professor: anulada

21. (FCC - TRT 20 - 2024) As seguintes vendas de mercadorias foram realizadas pela empresa Vela Cheirosa S.A.:

- **Vendas à vista: R$ 1.500.000**
- **Vendas a prazo: R$ 1.980.000**

As vendas ocorreram no dia 01/12/2021, sendo que as vendas a prazo vencerão integralmente em 01/12/2023. A taxa de juros praticada pela empresa para as vendas a prazo era 0,398% ao mês (equivalente a 4,88% ao ano e a 10% em dois (2) anos).

Na Demonstração do Resultado do ano de 2021 , a empresa Vela Cheirosa S.A. reconheceu, exclusivamente em relação às vendas efetuadas em 01/12/2021, receita de vendas no valor de

A) R$ 3.282.000 e Receita Financeira no valor de R$ 7.092,36.

B) R$ 3.300.000 e Receita Financeira no valor de R$ 7.164.

C) R$ 3.480.000, apenas.

D) R$ 3.300.000, apenas.

E) R$ 3.480.000 e Receita Financeira no valor de R$ 13.850,40.

Comentários:

A questão solicita o impacto de receita com vendas na DRE de 2021. Para isso, precisamos analisar as operações:

As vendas são reconhecidas conforme o regime de competência. Desse modo, as vendas à vista são reconhecidas imediatamente no resultado do exercício de 2021. Nesse caso, o valor é de **R$1.500.000.**

As vendas a prazo no total de R$1.980.000 que serão recebidas apenas em 01/12/2023 precisam ser ajustadas a valor presente.

Conforme a Lei n° 6.404/76:

> *Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:*
>
> *VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.*

Dessa forma, as vendas a prazo serão ajustadas considerando a taxa de 10% em dois anos.

O cálculo é:

$$\frac{\textit{Valor a prazo}}{\textit{1 + taxa}}$$

$$\frac{\textit{1.980.000}}{\textit{1 + 0,10}} = \textit{1.800.000}$$

Portanto, R$1.800.000 é o valor que será reconhecido como receita de vendas a prazo no exercício de 2021.

Assim, o total de receitas de vendas será de:

- À vista = R$1.500.000
- A prazo = R$1.800.000
- **Total = R$3.300.000.**

Veja que, só com esse cálculo, ficaríamos entre a letra B e a letra E.

Contudo, ainda é necessário calcular a receita financeira referente às vendas a prazo. Como os juros financeiros devem ser apropriados conforme o regime de competência, o reconhecimento ocorrerá mensalmente. O cálculo dos juros será feito com base no valor presente ajustado, que é de R$ 1.800.000.

Considerando que a venda foi realizada em 01/12/2021, e levando em conta que estamos tratando do exercício de 2021, haverá apenas um mês de competência a ser reconhecido. Portanto, será apropriado apenas um mês de receita financeira referente aos juros.

Taxa mensal = 0,398%

Receita financeira = R$1.800.000 x 0,398%

Receita financeira = R$7.164.

Com isso, chegamos ao gabarito da letra B.

Será reconhecido da DRE de 2021 Receita de vendas R$ 3.300.000 e Receita Financeira no valor de R$ 7.164.

O restante dos juros para chegar até o valor de R$1.800.000 será apropriado mensalmente, conforme o regime de competência.

Gabarito: B

22. (FCC - TRT 7 - 2024) A NEC TG D6 (R1) - Arrendamentos estabelece que a classificação de um arrendamento como financeiro ou operacional depende da essência da transação e não da forma do contrato. Assim, considere as assertivas a seguir que descrevem situações que podem dar indícios da essência de uma transação envolvendo arrendamento:

I. O prazo do arrendamento ser equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente, mesmo se à propriedade não for transferida.

II. O ativo subjacente ser de natureza tão especializada que somente o arrendatário pode usá-lo sem modificações importantes.

III. Na data da celebração do arrendamento, seu custo de aquisição equivaler substancialmente à totalidade do valor justo do ativo subjacente.

As situações que, em essência, referem-se à transação com arrendamento financeiro constam em:

A) I, apenas.

B) I e II, apenas.

C) I e III, apenas.

D) II e III, apenas.

E) I, II e III.

Comentários:

A questão trata de conhecimentos de arrendamentos. De início, precisamos distinguir arrendamento mercantil financeiro e operacional. Assim, temos:

ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL: **não** há transferência dos riscos e benefícios inerentes à propriedade. Tem essência de aluguel.

ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO: nesse caso, há a transferência dos riscos e benefícios inerentes à propriedade. Tem a essência de uma compra parcelada.

Veja que a questão quer as assertivas que contenham situações que possam dar indícios da essência de uma transação envolvendo arrendamento.

Com isso, já podemos analisar as assertivas:

I. O prazo do arrendamento ser equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente, mesmo se à propriedade não for transferida. **CERTO**. Segundo o CPC 06 – Arrendamentos:

> *63. O fato de o arrendamento ser arrendamento financeiro ou arrendamento operacional depende da essência da transação, em vez da forma do contrato. A seguir, exemplos de situações que, individualmente ou em combinação, normalmente levariam o arredamento a ser classificado como arrendamento financeiro:*
>
> ***(c) o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente, mesmo se a propriedade não for transferida;***

A assertiva é a literalidade do item 63 (c) do CPC. Portanto, correta.

II. O ativo subjacente ser de natureza tão especializada que somente o arrendatário pode usá-lo sem modificações importantes. **CERTO**.

Segundo o CPC 06 – Arrendamentos:

> *63. O fato de o arrendamento ser arrendamento financeiro ou arrendamento operacional depende da essência da transação, em vez da forma do contrato. A seguir, exemplos de situações que, individualmente ou em combinação, normalmente levariam o arredamento a ser classificado como arrendamento financeiro:*
>
> ***(e) o ativo subjacente é de natureza tão especializada que somente o arrendatário pode usá-lo sem modificações importantes.***

Nessa assertiva, também há uma situação descrita literalmente pelo CPC 06. Portanto, correta.

III. Na data da celebração do arrendamento, seu custo de aquisição equivale substancialmente à totalidade do valor justo do ativo subjacente. **ERRADO**.

Conforme o CPC 06, no item 63:

> *63. O fato de o arrendamento ser arrendamento financeiro ou arrendamento operacional depende da essência da transação, em vez da forma do contrato. A seguir, exemplos de situações que, individualmente ou em combinação, normalmente levariam o arredamento a ser classificado como arrendamento financeiro:*
>
> ***(d) na data da celebração do arrendamento, o valor presente dos recebimentos do arrendamento equivale substancialmente à totalidade do valor justo do ativo subjacente;***

Veja que o erro da assertiva é somente trocar o custo de aquisição pelo valor presente. Dessa forma, a assertiva está errada: não é quando o custo equivaler, e sim quando tiver sido feito o ajuste a valor presente e esse valor equivaler ao valor justo.

Dessa forma, apenas itens I e II estão corretos.

Gabarito: B

23. (FCC - Pref J Guararapes - 2024) A NBC TG 07 define subvenção governamental como uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade. Nesse sentido, essa norma estabelece que

A) financiamento subsidiado é aquele em que o credor renuncia ao recebimento total ou parcial do financiamento e/ou dos juros, mediante o cumprimento de determinadas condições.

B) subvenções relacionadas a ativos são subvenções governamentais cuja condição principal para que a entidade se qualifique é a de que ela compre, construa ou de outra forma adquira ativos de curto prazo.

C) subvenções relacionadas a resultado são subvenções governamentais que impactam o resultado da entidade.

D) isenção tributária é a dispensa legal do pagamento futuro de impostos sob quaisquer formas jurídicas.

E) empréstimo subsidiado é aquele em que o credor renuncia ao recebimento total ou parcial do empréstimo e/ou dos juros, mediante o cumprimento de determinadas condições.

Comentários:

Questão que trata de conhecimentos da NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais.

Vamos analisar cada uma das assertivas:

A) ~~financiamento~~ subsidiado é aquele em que o credor renuncia ao recebimento total ou parcial do financiamento e/ou dos juros, mediante o cumprimento de determinadas condições**. ERRADO.**

Segundo a norma, no rol de definições, item 3, temos:

> ***Empréstimo*** *subsidiado é aquele em que o credor renuncia ao recebimento total ou parcial do empréstimo e/ou dos juros, mediante o cumprimento de determinadas condições. [...]*

Na verdade, a banca tentou confundir financiamento com empréstimo subsidiado, deixando, portanto, a questão incorreta.

B) subvenções relacionadas a ativos são subvenções governamentais cuja condição principal para que a entidade se qualifique é a de que ela compre, construa ou de outra forma adquira ativos de ~~curto prazo~~. **ERRADO.**

Segundo a norma, no rol de definições, item 3, temos:

> *Subvenções relacionadas a ativos são subvenções governamentais cuja condição principal para que a entidade se qualifique é a de que ela compre, construa ou de outra forma adquira ativos de* ***longo prazo****. [...]*

Essa assertiva estava quase correta, mas trocou curto prazo por longo prazo, tornando-se, assim, incorreta.

C) subvenções relacionadas a resultado são subvenções governamentais que ~~impactam o resultado~~ da entidade. **ERRADO.**

Apesar das subvenções relacionadas a resultado impactarem o resultado da entidade, a NBC TG 07 define **subvenções relacionadas a resultado** como as outras subvenções governamentais que não aquelas relacionadas a ativos. A assertiva tenta confundir, colocando como definição o impacto no resultado. Portanto, **ERRADA**.

D) isenção tributária é a dispensa legal do ~~pagamento futuro de impostos~~ sob quaisquer formas jurídicas.

ERRADO. A isenção tributária é a dispensa legal do **pagamento de tributo** sob quaisquer formas jurídicas (isenção, imunidade etc.). Veja que, conforme a norma, não há restrição quanto ao pagamento futuro. Além disso, diferencia imposto de tributo.

Conforme o Código Tributário Nacional, tributo e imposto são fatos distintos. O imposto é uma espécie de tributo.

E) empréstimo subsidiado é aquele em que o credor renuncia ao recebimento total ou parcial do empréstimo e/ou dos juros, mediante o cumprimento de determinadas condições. CERTO.

Conforme a NBC TG 07, item 3:

> *Empréstimo subsidiado é aquele em que o credor renuncia ao recebimento total ou parcial do empréstimo e/ou dos juros, mediante o cumprimento de determinadas condições. De maneira geral, é concedido direta ou indiretamente pelo Governo, com ou sem a intermediação de um banco; está vinculado a um tributo; e caracteriza-se pela utilização de taxas de juros visivelmente abaixo do mercado e/ou pela postergação parcial ou total do pagamento do referido tributo sem ônus ou com ônus visivelmente abaixo do normalmente praticado pelo mercado. Subsídio em empréstimo é a parcela do empréstimo ou do juro renunciado e a diferença entre o juro ou ônus de mercado e o juro ou o ônus praticado.*

Assertiva em plena conformidade, refletida a literalidade da norma quanto à definição de empréstimo subsidiado.

Gabarito: E

24. (FCC - CETESB - 2024) A Lei n° 6.404/1976 e suas alterações posteriores estabelecem os critérios de avaliação de ativos. Nesse contexto, esclarece o que deve ser compreendido por valor justo para cada natureza de ativo que pode ser mensurado desta forma. Assim, analise as assertivas a seguir:

I. O valor justo das matérias-primas e dos bens em almoxarifado é o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado.

II. O valor justo dos bens ou direitos destinados à venda é o preço bruto de realização mediante venda no mercado, deduzidos os impostos.

III. O valor justo dos instrumentos financeiros é o valor que pode se obter em um mercado ativo, decorrente de transação compulsória realizada entre partes dependentes.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III.

B) I, apenas.

C) I e II, apenas.

D) I e III, apenas.

E) II e III, apenas.

Comentário:

Segundo o artigo 183, § 1°, da Lei n° 6.604/76:

> *§ 1º Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se valor justo:*
>
> ***a) das matérias-primas e dos bens em almoxarifado, o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado;***
>
> *b) dos bens ou direitos destinados à venda, o preço líquido de realização mediante venda no mercado, deduzidos os impostos e demais despesas necessárias para a venda, e a margem de lucro;*
>
> *c) dos investimentos, o valor líquido pelo qual possam ser alienados a terceiros.*
>
> *d) dos instrumentos financeiros, o valor que pode se obter em um mercado ativo, decorrente de transação não compulsória realizada entre partes independentes; e, na ausência de um mercado ativo para um determinado instrumento financeiro [...]*

Com isso, vamos analisar as assertivas:

I. O valor justo das matérias-primas e dos bens em almoxarifado é o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado.

CERTO. Conforme a alínea "a" da Lei 6.404/76, de forma literal da norma, para matérias-primas e bens de almoxarifado, considera-se valor justo o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado.

II. O valor justo dos bens ou direitos destinados à venda é o preço bruto de realização mediante venda no mercado, deduzidos os impostos.

ERRADO. Conforme a alínea "b" da Lei 6.404/76:

> *[...] b) dos bens ou direitos destinados à venda, o **preço líquido** de realização mediante venda no mercado, deduzidos os impostos e demais despesas necessárias para a venda, e a margem de lucro; [...]*

O erro é sutil nessa assertiva; a banca trocou preço líquido por preço bruto.

III. O valor justo dos instrumentos financeiros é o valor que pode se obter em um mercado ativo, decorrente de transação compulsória realizada entre partes dependentes. ERRADO.

Conforme a alínea "d" da Lei n° 6.404/76:

> *d) dos instrumentos financeiros, o valor que pode se obter em um mercado ativo, decorrente de transação não compulsória realizada entre partes independentes; e, na ausência de um mercado ativo para um determinado instrumento financeiro*

A banca considerou decorrente de transação compulsória, quando, na verdade, é uma transação não compulsória.

Nesse caso, somente a assertiva I está correta.

Gabarito: B

25. (FCC - MPE AM - 2024) De acordo com a NBC TG 23 (R2) - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, para um período anterior em particular, é impraticável aplicar retrospectivamente a mudança em política contábil ou fazer a reapresentação retrospectiva para corrigir um erro se:

I. Os efeitos da aplicação retrospectiva ou da reapresentação retrospectiva não puderem ser determinados.

II. A aplicação retrospectiva ou a reapresentação retrospectiva exigir premissas baseadas no que teria sido a intenção da administração naquele momento passado.

III. A aplicação retrospectiva ou a reapresentação retrospectiva exigir estimativas significativas de valores e se for impossível identificar, objetivamente, a informação sobre essas estimativas.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III.

B) I, apenas.

C) I e II,apenas.

D) I e III, apenas.

E) II e III, apenas.

Comentários:

Questão que trata de assuntos relacionados com a NBC TG 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

Inicialmente, devemos saber que aplicação impraticável de requisito ocorre quando a entidade n**ão pode aplicá-lo depois de ter feito todos os esforços razoáveis** nesse sentido.

Vamos analisar as assertivas:

I. Os efeitos da aplicação retrospectiva ou da reapresentação retrospectiva não puderem ser determinados. CERTO. Conforme a norma, no item 5:

> *[...] Para um período anterior em particular, é impraticável aplicar retrospectivamente a mudança em política contábil ou fazer a reapresentação retrospectiva para corrigir um erro se:*
>
> *(a) os efeitos da aplicação retrospectiva ou da reapresentação retrospectiva não puderem ser determinados;*

Portanto, correta.

II. A aplicação retrospectiva ou a reapresentação retrospectiva exigir premissas baseadas no que teria sido a intenção da administração naquele momento passado. CERTO. Conforme a norma, no item 5:

> *[...] Para um período anterior em particular, é impraticável aplicar retrospectivamente a mudança em política contábil ou fazer a reapresentação retrospectiva para corrigir um erro se:*
>
> *(b) a aplicação retrospectiva ou a reapresentação retrospectiva exigir premissas baseadas no que teria sido a intenção da administração naquele momento passado.*

Portanto, correta.

III. A aplicação retrospectiva ou a reapresentação retrospectiva exigir estimativas significativas de valores e se for impossível identificar, objetivamente, a informação sobre essas estimativas. CERTO. Conforme a norma, no item 5:

> *(c) a aplicação retrospectiva ou a reapresentação retrospectiva exigir estimativas significativas de valores e se for impossível identificar, objetivamente, a informação sobre essas estimativas que:*
>
> *(i) proporciona evidências das circunstâncias que existiam à data em que esses valores deviam ser reconhecidos, mensurados ou divulgados; e*
>
> *(ii) estaria disponível quando as demonstrações contábeis desse período anterior tiveram autorização para divulgação.*

Essa assertiva está correta, conforme a literalidade da norma.

Dessa forma, as assertivas I, II e III estão corretas.

Gabarito: A

26. (FCC - TRT 11 - 2024) Em 1º de janeiro de 2020, a empresa A assinou contrato de arrendamento com a empresa B. O contrato tem duração de 10 anos e prevê que a empresa A transfira à empresa B uma máquina que será utilizada no processo de produção da empresa B. O contrato estabelece ainda que sejam pagas parcelas anuais no valor de R$ 35.000,00, sempre no último dia do mês de dezembro. A taxa de juros implícita no arrendamento é de 10% ao ano e o valor presente do contrato é R$ 215.059,85. A máquina tem vida útil estimada de 10 anos e o valor residual não garantido dela ao final do contrato é de R$ 20.000,00. Admita que todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo subjacente foram transferidos à empresa B. Com base apenas nas informações apresentadas,

A) os juros pagos pelo arrendatário em 2020, relativos ao ativo subjacente, foram de aproximadamente R$ 3.500,00.

B) além do reconhecimento dos efeitos do arrendamento em Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e Demonstração dos Fluxos de Caixa, o arrendatário precisa também divulgar tais informações em Notas Explicativas.

C) por se tratar de arrendamento financeiro, o arrendador não deve reconhecer o ativo subjacente em seu Balanço Patrimonial.

D) a despesa anual de depreciação do arrendatário em 2021 foi de R$ 21.505,98.

E) o ativo subjacente deve ser apresentado no Balanço Patrimonial do arrendatário, de forma destacada ou junto com seus outros ativos imobilizados, pelo valor de R$ 350.000,00.

Comentários:

Questão que trata de conhecimentos do CPC 06 – Arrendamentos.

Antes de irmos para as assertivas, é importante mencionar que a norma define valor residual não garantido:

> *Valor residual não garantido é a parcela do valor residual do ativo subjacente cuja realização, pelo arrendador, não está garantida ou está garantida exclusivamente pela parte relacionada ao arrendador.*

Diferentemente do valor residual garantido, o qual é a garantia para a arrendadora, isto é, uma segurança para ela.

Inicialmente, devemos saber que se trata de um **arrendamento mercantil financeiro**, uma vez que todos os riscos e benefícios relacionados ao ativo subjacente foram transferidos ao arrendatário (empresa B). Nessa modalidade, o ativo é reconhecido no balanço do arrendatário pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, enquanto o passivo é registrado pelo mesmo valor, segregando-se os juros a transcorrer.

No caso apresentado, a empresa reconhece um ativo de R$ 215.059,85, e a depreciação deve ser calculada com base nesse valor, deduzido o **valor residual não garantido** de R$ 20.000,00. Os juros, por sua vez, são apropriados com base no regime de competência e na taxa implícita do contrato (10%).

Valor do contrato = 10 x R$35.000 = R$350.000

Valor presente do contrato = R$215.059,85

Veja que essa diferença será apurada como juros passivos a transcorrer, conta redutora.

O lançamento será:

D. Arrendamento mercantil financeiro (ativo) $215.059,85

D. (-) Juros passivos a transcorrer $134.940,15

C. Arrendamentos a pagar $350.000

Cálculo da depreciação:

A depreciação anual considera o valor residual não garantido de R$ 20.000,00.

Depreciação anual = 215.059,85– 20.000 / 10 anos

Depreciação anual = 195.059,85 / 10

Depreciação anual = R$19.505,99

Cálculo dos juros:

Os j**uros do primeiro ano** correspondem a **10% sobre o valor presente.**

Juros = 10 % de R$215.059,85

Juros = R$21.505,98.

Com esses cálculos, já podemos analisar as assertivas:

A) os juros pagos pelo arrendatário em 2020, relativos ao ativo subjacente, foram de aproximadamente R$ 3.500,00.

ERRADO. Conforme visto, os juros foram no valor de R$21.505,98.

B) além do reconhecimento dos efeitos do arrendamento em Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e Demonstração dos Fluxos de Caixa, o arrendatário precisa também divulgar tais informações em Notas Explicativas.

CERTO. Conforme o CPC 06 , item 89, temos:

> *9. O objetivo da divulgação é que os arrendadores divulguem informações nas notas explicativas que, juntamente com as informações fornecidas no balanço patrimonial, na demonstração do resultado e na demonstração dos fluxos de caixa, forneçam uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do arrendador. Os itens 90 a 97 especificam os requisitos sobre como atender a esse objetivo.*

Portanto, além das demonstrações, também precisa divulgar em notas explicativas.

C) **por se tratar de arrendamento financeiro, o arrendador não deve reconhecer o ativo subjacente em seu Balanço Patrimonial.**

ERRADO. Realmente, trata-se de um arrendamento financeiro, porém, segundo a norma, o arrendador deve reconhecer (em balanço patrimonial) a receita que é o valor justo do ativo subjacente.

D) **a despesa anual de depreciação do arrendatário em 2021 foi de R$ 21.505,98**.

ERRADO. A despesa de depreciação foi no valor de R$19.505,98.

E) **o ativo subjacente deve ser apresentado no Balanço Patrimonial do arrendatário, de forma destacada ou junto com seus outros ativos imobilizados, pelo valor de R$ 350.000,00.**

ERRADO. O valor registrado no balanço patrimonial do arrendatário é ajustado a valor presente, portanto, R$215.059,85.

Gabarito: B

27. (FCC - TRT15 - 2023) A empresa Pedras Preciosas S.A. adquiriu, em 31/12/2019, oitenta por cento (80%) das ações da empresa Diamantes S.A., pagando o valor de R$ 30.000.000,00 e passando a deter seu controle. Nesta data, o valor do Patrimônio Líquido contábil da empresa Diamantes S.A. era R$ 28.000.000,00 e o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era R$ 45.000.000,00. A diferença entre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis e o valor do Patrimônio Líquido contábil correspondia à variação entre o custo contabilizado e o valor justo de um terreno.

As seguintes mutações ocorreram no Patrimônio Líquido da empresa Diamantes S.A., no período de 01/01/2020 a 31/12/2020:

- **Lucro líquido de 2020: R$ 3.000.000,00.**
- **Distribuição e pagamento de dividendos em 2020: R$ 1.500.000,00.**

Com base nessas informações. a empresa Pedras Preciosas S.A. registrou

A) na data da aquisição, o resultado positivo de R$ 6.000.000,00.

B) na data da aquisição, o valor de R$ 7.600.000,00 como ágio pago por expectativa de rentabilidade futura.

C) na data da aquisição, na conta Investimentos no ativo, o valor de R$ 30.000.000,00.

D) na data da aquisição, na conta Investimentos no ativo, o valor de R$ 22.400.000,00.

E) no resultado do ano de 2020, o resultado de equivalência patrimonial no valor de R$ 1.200.000,00.

Comentários:

Para resolver a questão, vamos analisar os dados que ela traz:

- Participação adquirida: **80%**
- Valor pago: **R$ 30.000.000**
- PL contábil da adquirida (Diamantes S.A.) na data: **R$ 28.000.000,00**
- Valor justo dos ativos líquidos identificáveis: **R$ 45.000.000,00**

Importante!

- **mais-valia de ativos líquidos:** diferença positiva entre valor justo dos ativos líquidos e seu valor patrimonial.
- **ágio pela expectativa futura (*goodwill*):** diferença positiva entre valor de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos.
- **ganho por compra vantajosa**: diferença negativa entre valor de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos.

Agora, ajustando na porcentagem de 80% para a empresa Diamantes S.A, temos:

Participação adquirida valor justo (80%) → R$ 45.000.000 × 80% = R$ 36.000.000

Valor contábil → R$28.000.000 x 80% = R$22.400.000

Valor pago → R$ 30.000.000.

Veja que nesse caso o valor justo > valor de aquisição, portanto, há um ganho por compra vantajosa:

Ganho por compra vantajosa = $36.000.000 - R$30.000.000

Ganho por compra vantajosa = $6.000.000

O lançamento, nesse caso, será:

D. Investimentos $36.000.000

C. Caixa R$30.000.000

C. Ganho por compra vantajosa (resultado) R$6.000.000

Vamos analisar as assertivas:

A) na data da aquisição, o resultado positivo de R$ 6.000.000,00.

CERTO. De cara, o gabarito. É exatamente isso, foi reconhecido um resultado positivo de R$ 6.000.000.

B) na data da aquisição, o valor de R$ 7.600.000,00 como ágio pago por expectativa de rentabilidade futura.

ERRADO. O ágio é justamente o oposto da compra vantajosa. Portanto, não é o que ocorreu no caso da questão.

C) na data da aquisição, na conta Investimentos no ativo, o valor de R$ 30.000.000,00.

ERRADO. O valor registrado na conta de investimentos é o valor da participação adquirida a valor justo, e não o valor pago.

D) na data da aquisição, na conta Investimentos no ativo, o valor de R$ 22.400.000,00.

ERRADO. Conforme vimos no lançamento, a compra é registrada pelo valor justo.

E) no resultado do ano de 2020, o resultado de equivalência patrimonial no valor de R$ 1.200.000,00.

ERRADO.

Na verdade, o resultado de equivalência foi R$ 2.400.000. Vejamos:

A adquirida teve lucro de R$ 3.000.000. Portanto, a porcentagem de participação será em cima desse valor.

80% de R$3.000.000 = R$2.400.000

D. Investimentos R$ 2.400.000

C. Receita com equivalência patrimonial R$2.400.000

Os valores de dividendos serão diminuídos por conta de investimentos em contrapartida de dividendos a receber (80% de R$1.500.000 = R$1.200.000).

Dessa forma, o gabarito está correto na letra A.

Gabarito: A

28. (FCC - TRT15 - 2023) A empresa Produtos Modernos S.A. realizou, no mês de dezembro de 2018, as seguintes vendas de mercadorias:

- **Vendas à vista ..... R$ 2.000.000,00.**
- **Vendas a prazo..... R$ 3.025.000,00.**

As vendas a prazo ocorreram no dia 01/12/2018 e serão recebidas integralmente em 01/12/2020, sendo que a empresa praticava, para suas vendas a prazo, a taxa de juros de 0,797% ao mês (equivalente a 10% ao ano e a 21% em dois anos). As vendas à vista ocorreram no dia 10/12/2018.

A empresa Produtos Modernos S.A. reconheceu, na Demonstração do Resultado do ano de 2018, exclusivamente em relação às vendas efetuadas no mês de dezembro, Receita de Vendas no valor de

A) R$ 4.389.750,00 e Receita Financeira no valor de R$ 19.046,31.

B) R$ 5.025.000,00 e Receita Financeira no valor de R$ 40.049,25.

C) R$ 4.500.000,00 e Receita Financeira no valor de R$ 19.925,00.

D) R$ 5.025.000,00, apenas.

E) R$ 4.500.000,00, apenas.

Comentários:

A questão solicita o impacto de receita com vendas na DRE de 2018, com relação às vendas efetuadas no mês de dezembro. Para isso, precisamos analisar as operações:

As vendas são reconhecidas conforme o regime de competência. Desse modo, as vendas à vista são reconhecidas imediatamente no resultado do exercício de 2018. Nesse caso, o valor de **R$2.000.000.**

As vendas a prazo no total de R$3.025.000 que serão recebidas apenas em 01/12/2020 precisam ser ajustadas a valor presente.

Conforme a Lei n° 6.404/76:

> *Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:*
>
> *VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.*

Dessa forma, as vendas a prazo serão ajustadas considerando a taxa de 21% em dois anos.

O cálculo é:

$$\frac{\textit{Valor a prazo}}{\textit{1 + taxa}}$$

$$\frac{\textit{3.025.000}}{\textit{1 + 0,21}} = \textit{1.800.000}$$

$$\frac{\textit{3.025.000}}{\textit{1,21}} = \textit{2.500.000}$$

Portanto, R$2.500.000 é o valor que será reconhecido como receita de vendas a prazo no exercício de 2018.

Dessa forma, o total de receitas de vendas será de:

- À vista = R$2.000.000
- A prazo = R$2.500.000
- **Total = R$4.500.000.**

Veja que, só com esse cálculo, ficaríamos entre a letra C e a letra E.

Contudo, ainda é necessário calcular a receita financeira referente às vendas a prazo. Como os juros financeiros devem ser apropriados conforme o regime de competência, o reconhecimento ocorrerá mensalmente. O cálculo dos juros será feito com base no valor presente ajustado, que é de R$ 2.500.000.

Considerando que a venda foi realizada em 01/12/2018, e levando em conta que estamos tratando do exercício de 2018, haverá apenas um mês de competência a ser reconhecido. Portanto, será apropriado apenas um mês de receita financeira referente aos juros.

Taxa mensal = 0,797%

Receita financeira = R$2.500.000 x 0,797%

Receita financeira = R$19.925.

Com isso, chegamos ao gabarito da letra C.

Serão reconhecidas da DRE de 2018 a Receita de vendas (R$4.500.000) e Receita Financeira (R$19.925).

O restante dos juros para chegar até o valor de R$2.500.000 será apropriado mensalmente, conforme o regime de competência.

Gabarito: C

29. (FCC - TRT 22 - 2022) Uma empresa realizou as seguintes vendas de mercadorias no dia 01/12/2018:

- **Vendas à vista no valor de R$ 5.000.000,00.– Vendas a prazo no valor de R$ 7.800.000,00 para ser recebido integralmente em 01/12/2020.**

Na data da venda, a empresa estava praticando a taxa de juros de 1,099% ao mês, o que corresponde a 30% em 2 anos, para as suas vendas a prazo.

No Balanço Patrimonial da empresa, de 31/12/2018, o valor líquido evidenciado para o saldo a receber das vendas efetuadas em 01/12/2018 foi, em reais:

A) 7.800.000,00.

B) 7.885.722,00.

C) 6.000.000,00.

D) 6.065.940,00.

E) 12.940.672,00.

Comentários:

A questão solicita o valor a receber líquido registrado no balanço patrimonial da empresa em 31/12/2018.

As vendas são reconhecidas conforme o regime de competência. Desse modo, as vendas à vista (no valor de R$5.000.000) são reconhecidas imediatamente no resultado do exercício de 2018, não passando pelo saldo a receber no Ativo do Balanço Patrimonial.

As vendas a prazo no total de R$7.800.000 que serão recebidas apenas em 01/12/2020 precisam ser ajustadas a valor presente.

Conforme a Lei n° 6.404/76:

> *Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:*
>
> *VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando*

houver efeito relevante.

Dessa forma, as vendas a prazo serão ajustadas considerando a taxa de 30% em dois anos.

O cálculo é:

$$\frac{\textit{Valor a prazo}}{\textit{1 + taxa}}$$

$$\frac{\textit{7.800.000}}{\textit{1,30}} = \textit{6.000.000}$$

Contudo, ainda é necessário calcular a receita financeira referente às vendas a prazo. Como os juros financeiros devem ser apropriados conforme o regime de competência, o reconhecimento ocorrerá mensalmente. O cálculo dos juros será feito com base no valor presente ajustado, que é de R$ 6.000.000.

O valor registrado mensalmente de ajuste a valor presente é:

6.000.000 x 1,099% = R$65.940

Com isso, o saldo a receber das vendas efetuadas será:

Ou 6.000.000 + 65.940 = R$6.065.940,00

O restante dos juros será apropriado mensalmente, conforme o regime de competência.

Gabarito: D

30. (FCC - SEFAZ AP - 2022) Em 31/12/2020, a empresa Corte & Costura S.A. praticava a taxa de juros de 15% ao ano nas suas vendas a prazo e, nessa data, realizou as seguintes vendas de mercadorias:

- **Vendas à vista no valor de R$ 4.000.000,00.**
- **Vendas a prazo no valor nominal de R$ 1.380.000,00 para ser recebido integralmente em 31/12/2021.**

Com base nestas informações, a empresa Corte & Costura S.A. deveria reconhecer

A) Receita de Vendas no valor de R$ 5.200.000,00 no resultado do ano de 2020 e Receita Financeira no valor de R$ 180.000,00 no resultado do ano de 2021.

B) Receita de Vendas no valor de R$ 4.000.000,00 no resultado do ano de 2020 e Receita de Vendas no valor de R$ 1.380.000,00 no resultado do ano de 2021.

C) Receita de Vendas no valor de R$ 5.173.000,00 no resultado do ano de 2020 e Receita Financeira no valor de R$ 207.000,00 no resultado do ano de 2021.

D) Receita de Vendas no valor de R$ 5.380.000,00 no resultado do ano de 2020 e Receita Financeira no valor de R$ 1.380.000,00 no resultado do ano de 2021.

E) Receita de Vendas no valor de R$ 5.200.000,00 no resultado do ano de 2020 e Receita de Vendas no valor de R$ 180.000,00 no resultado do ano de 2021.

Comentários:

A questão solicita o impacto de receita com vendas na DRE dos exercícios de 2020 a 2021.

Vamos analisar as informações:

As vendas são reconhecidas conforme o regime de competência. Desse modo, as vendas à vista são reconhecidas imediatamente no resultado do exercício de 2020. Nesse caso, o valor de **R$4.000.000.**

As vendas a prazo no total de R$1.380.000 que serão recebidas apenas em 31/12/2021 precisam ser ajustadas a valor presente.

Conforme a Lei n° 6.404/76:

> *Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:*
>
> *VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.*

Dessa forma, as vendas a prazo serão ajustadas considerando a taxa de 15% ao ano.

O cálculo é:

$$\frac{\textit{Valor a prazo}}{\textit{1 + taxa}}$$

$$\frac{\textit{1.380.000}}{\textit{1,15}} = \textit{1.200.000}$$

Portanto, R$1.200.000 é o valor que será reconhecido como receita de vendas a prazo no exercício de 2020.

Dessa forma, o total de receitas de vendas em 2020 será de:

- À vista = R$4.000.000
- A prazo = R$1.200.000
- **Total = R$5.200.000.**

Veja que, só com esse cálculo, ficaríamos entre a letra A e a letra E.

O lançamento contábil em 2020 será:

D Ativo: 5.380.000

C Juros ativos a transcorrer: 180.000 (retificadora do ativo)

C Receita: 5.200.000 (resultado)

No final de 2021, haverá a apropriação desses juros a transcorrer, sendo registrado, portanto, conforme regime de competência, R$180.000 de receita financeira:

D. Juros ativos a transcorrer

C. Receita financeira: R$180.000

Com isso, chegamos ao gabarito da letra A.

Gabarito: A

31. (FCC - TRT 9 - 2022) Uma empresa realizou vendas de mercadorias no valor total de R$ 6.993.000,00, sendo que R$ 3.000.000,00 foram recebidos à vista e o restante para ser recebido integralmente após 2 anos. As vendas ocorreram no dia 01/12/2018 e, nesta data, a taxa de juros compostos utilizada pela empresa para as suas vendas a prazo foi 0,797% ao mês (equivalente a 10% ao ano e a 21% em 2 anos).

Exclusivamente em relação às vendas efetuadas em 01/12/2018, a empresa reconheceu, na Demonstração do Resultado do ano de 2018, Receita de Vendas no valor de

A) R$ 6.993.000,00, apenas.

B) R$ 6.300.000,00, apenas.

C) R$ 6.300.000,00 e Receita Financeira no valor de R$ 26.301,00.

D) R$ 6.300.000,00 e Receita Financeira no valor de R$ 50.211,00.

E) R$ 6.993.000,00 e Receita Financeira no valor de R$ 55.734,21.

Comentário:

Questão que trata de ajuste a valor presente no reconhecimento de receitas. Conforme determina o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes em conjunto com CPC 12 – Ajuste a valor presente, a receita de vendas deve ser o valor presente. O valor à vista já pode ser considerado, caso haja operação a prazo. Talvez seja necessário fazer o ajuste a valor presente, se o efeito for relevante.

Receita de Vendas:

Valor à vista = 3.000.000

Valor a prazo trazido a valor presente = (6.993.000,00-3.000.000) = 3.993.000. Agora, temos que trazer essa quantia a valor presente, usando a taxa de desconto de 21% para o período de 2 anos.

3.993.000/1,21 = 3.300.000

Receita de Vendas = 3.000.000 + 3.300.000 = R$ 6.300.000,00.

Agora, um detalhe: a operação ocorreu em 01/12/2018 e o examinador pede o reconhecimento na Demonstração do Resultado do Exercício em 2018, isto é, um mês após a operação. Aqui, temos que reconhecer adicionalmente a receita financeira da operação.

Receita Financeira = Valor Presente x Taxa de Juros do Período. 3.330.000 x 0,797% = R$ 26.301,00.

Portanto, gabarito C.

Gabarito: C

32. (FCC - METRO SP - 2019) De acordo com o CPC 46, as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo devem maximizar o uso de dados observáveis relevantes e minimizar o uso de dados não observáveis. A norma menciona alguns exemplos de mercados nos quais informações possam ser observáveis para alguns ativos e passivos. Em relação à temática, considere as afirmações abaixo:

I. Em mercado bursátil, os preços de fechamento encontram-se prontamente disponíveis e são representativos do valor justo, de modo geral.

II. Em mercado de revendedores, os revendedores permanecem prontos para negociar, proporcionando liquidez ao utilizar seu capital para manter um estoque dos itens para os quais estabelecem um mercado.

III. Em mercado não intermediado, corretores tentam aproximar compradores e vendedores, mas não permanecem prontos para negociar por sua própria conta.

IV. Em mercado intermediado, as transações, tanto de origem quanto revendas, são negociadas de forma independente, sendo poucas as informações sobre essas transações que podem ser disponibilizadas ao público.

Está correto o que se afirma APENAS em

A) II, III e IV.

B) I e IV.

C) I e II.

D) II e III.

E) III e IV.

Comentário:

Questão que cobrou a literalidade do CPC 46 - Valor Justo. Vamos analisar cada item:

I. Em mercado bursátil, os preços de fechamento encontram-se prontamente disponíveis e são representativos do valor justo, de modo geral.

CORRETO, de acordo com o item B34 (a) do CPC 46. Um exemplo de mercado bursátil é a Bolsa de Valores.

II. Em mercado de revendedores, os revendedores permanecem prontos para negociar, proporcionando liquidez ao utilizar seu capital para manter um estoque dos itens para os quais estabelecem um mercado.

ITEM CORRETO, conforme previsão do item B34 (b) do CPC 46.

III. Em mercado não intermediado, corretores tentam aproximar compradores e vendedores, mas não permanecem prontos para negociar por sua própria conta.

ERRADO, de acordo com o item B34 (d) do CPC 46. Em mercado não intermediado, as transações, tanto de origem quanto de revendas, são negociadas de forma independente, sem intermediários. Poucas informações sobre essas transações podem ser disponibilizadas ao público.

IV. Em mercado intermediado, as transações, tanto de origem quanto revendas, são negociadas de forma independente, sendo poucas as informações sobre essas transações que podem ser disponibilizadas ao público.

ERRADO, esse é o caso de um mercado não intermediado.

O gabarito é a letra C.

Gabarito: C

33. (FCC - METRO SP - 2019) Em relação ao ajuste a valor presente, considere:

I. Para transações a curto prazo, quando o efeito não é relevante, é permitida a simplificação e dispensa do cálculo do ajuste a valor presente.

II. Nas transações de longo prazo, com juros implícitos ou explícitos embutidos, deve-se fazer o ajuste a valor presente.

III. O método a ser utilizado é o da taxa nominal de juros e a taxa aplicada deve ser líquida de efeitos fiscais.

IV. Os conceitos de ajuste a valor presente e valor justo têm o mesmo significado.

Está correto o que se afirma APENAS em

A) II e IV.

B) III e IV.

C) I e II.

D) II, III e IV.

E) III.

Comentário:

I. Para transações a curto prazo, quando o efeito não é relevante, é permitida a simplificação e dispensa do cálculo do ajuste a valor presente.

CORRETO. Para transações de curto prazo, o ajuste a valor presente só é feito se o efeito for relevante.

II. Nas transações de longo prazo, com juros implícitos ou explícitos embutidos, deve-se fazer o ajuste a valor presente.

CORRETO. Como regra, as operações de longo prazo DEVEM ser ajustadas a valor presente.

III. O método a ser utilizado é o da taxa nominal de juros e a taxa aplicada deve ser líquida de efeitos fiscais.

ERRADO. O método a ser utilizado é o da taxa efetiva e não nominal.

IV. Os conceitos de ajuste a valor presente e valor justo têm o mesmo significado.

ERRADO. Valor presente, resumidamente, é o valor atual de elementos do ativo ou passivo, isto é, o valor descontado. O valor justo é valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Gabarito: C

34. (FCC - METRO SP - 2019) No que se refere à retificação de erros de períodos anteriores nas demonstrações contábeis,

A) intencionais imateriais não precisam de correção retrospectiva.

B) acidentais e imateriais devem ser corrigidos retrospectivamente.

C) intencionais devem ser corrigidos retrospectivamente.

D) acidentais materiais não necessitam de correção retrospectiva.

E) intencionais materiais não precisam de correção retrospectiva.

Comentários:

Segundo o CPC 23:

> *Erros de períodos anteriores são omissões e incorreções nas demonstrações contábeis da entidade de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta de uso, ou uso incorreto, de informação confiável que:*
>
> *(a) estava disponível quando da autorização para divulgação das demonstrações contábeis desses períodos; e*
>
> *(b) pudesse ter sido razoavelmente obtida e levada em consideração na elaboração e na apresentação dessas demonstrações contábeis.*
>
> *Tais erros incluem os efeitos de erros matemáticos, erros na aplicação de políticas contábeis, descuidos ou interpretações incorretas de fatos e fraudes.*

Em resumo, o que temos é:

- Se o erro for material/ imaterial, mas houver intenção = retrospectiva
- Se o erro for material e acidental = retrospectiva
- Se o erro for imaterial e acidental = não precisam de correção retrospectiva.

Com isso, vamos analisar as assertivas.

A) intencionais imateriais não precisam de correção retrospectiva.

ERRADO. Conforme visto, se houver intenção + material = deverá aplicar correção retrospectiva.

B) acidentais e imateriais devem ser corrigidos retrospectivamente.

ERRADO. Nesse caso, conforme visto, é dispensada a correção retrospectiva.

C) intencionais devem ser corrigidos retrospectivamente.

CERTO. Conforme visto, se for intencional e houver erros imateriais, devem ser corrigidos de forma retrospectiva.

D) acidentais materiais não necessitam de correção retrospectiva

ERRADO. Nesse caso, conforme mencionado acima, precisam ser corrigidos de maneira retrospectiva.

E) intencionais materiais não precisam de correção retrospectiva

ERRADO. Nesse caso, precisa aplicar a correção retrospectiva.

Gabarito: C

35. (FCC - SANASA - 2019) As Subvenções e Assistência Governamentais são abordadas na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral – NBC TG 07 (R2). Em relação a esse assunto, considere:

I. Subvenções recebidas por ativos não monetários devem ser reconhecidas pelo seu valor justo.

II. O método de contabilização a ser adotado para subvenção governamental está diretamente ligado a forma de recebimento desta.

III. No Balanço Patrimonial a subvenção pode ser registrada no passivo (receita diferida) ou no ativo (como redução do ativo relacionado).

IV. Na Demonstração do Resultado a subvenção pode ser apresentada como crédito.

V. Somente as subvenções que represente acréscimo de rendimento devem ser registradas na Demonstração do Resultado.

Está correto o que consta APENAS de

A) II e IV.

B) I, III e V.

C) I e V.

D) III e V.

E) I, III e IV.

Comentário:

I. Subvenções recebidas por ativos não monetários devem ser reconhecidas pelo seu valor justo.

CORRETO. Vimos que a regra geral é reconhecer tanto esse ativo quanto a subvenção governamental pelo seu valor justo. Um exemplo de ativo não monetário é o terreno. Ressaltamos que esse pronunciamento prevê uma exceção nos casos em que não for possível verificar o valor justo, hipótese essa que acarreta o reconhecimento pelo valor nominal.

II. O método de contabilização a ser adotado para subvenção governamental está ~~diretamente ligado~~ a forma de recebimento desta.

ERRADO. O CPC 07 explica que a forma de recebimento não influencia na forma de contabilização. Assim, se o Governo diz que vai nos dar R$ 10.000.000,00 de subvenção ou se teremos um benefício de pagar 40% a menos de determinado tributo, a forma de contabilização é a mesma.

III. No Balanço Patrimonial a subvenção pode ser registrada no passivo (receita diferida) ou no ativo (como redução do ativo relacionado).

CORRETO, são permitidas **duas formas de apresentação**: como **RECEITA DIFERIDA NO PASSIVO**, sendo reconhecida como receita em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo; **OU DEDUZINDO A SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL DO VALOR CONTÁBIL DO ATIVO RELACIONADO COM A SUBVENÇÃO** para se chegar ao valor escriturado líquido do ativo, que pode ser nulo. A subvenção deve ser reconhecida como receita durante a vida do ativo depreciável, por meio de crédito à depreciação registrada como despesa no resultado.

É importante recordar que o pronunciamento proíbe o crédito diretamente no patrimônio líquido.

IV. Na Demonstração do Resultado a subvenção pode ser apresentada como crédito.

CORRETO. A subvenção é **algumas vezes apresentada como crédito** na demonstração do resultado. Aqui também temos duas possibilidades de apresentação: quer separadamente sob um título geral, tal **como "Outras Receitas",** quer, alternativamente, **como dedução da despesa** relacionada. Ressaltamos que o efeito prático do reconhecimento da subvenção como receita ou como dedução da despesa correspondente é o mesmo.

V. ~~Somente~~ as subvenções que represente acréscimo de rendimento devem ser registradas na Demonstração do Resultado.

ERRADO. Essa norma contábil trouxe um caso de registro de decréscimos na demonstração do resultado: se uma subvenção tenha que ser devolvida e o valor do reembolso exceda o crédito diferido (insuficiente ou não exista), tal reembolso deve ser reconhecido imediatamente como despesa

Gabarito: E

36. (FCC - SEFAZ BA - 2019) No dia 01/12/2018 a empresa Só no Sapatinho S.A. realizou as seguintes vendas de mercadorias:

- **Vendas à vista: R$ 500.000,00**
- **Vendas a prazo: R$ 660.000,00**

As vendas a prazo serão recebidas integralmente em 01/12/2020 e a empresa estava praticando para elas, na data da venda, a taxa de juros de 0,398% ao mês, equivalente a 4,88% ao ano e a 10% para o período de dois anos.

A empresa Só no Sapatinho S.A. reconheceu, na Demonstração do Resultado do ano de 2018, exclusivamente em relação às vendas efetuadas em 01/12/2018, Receita de Vendas no valor de

A) R$ 1.160.000,00, apenas.

B) R$ 1.100.000,00, apenas.

C) R$ 1.094.000,00 e Receita Financeira no valor de R$ 2.364,12.

D) R$ 1.100.000,00 e Receita Financeira no valor de R$ 2.388,00.

E) R$ 1.160.000,00 e Receita Financeira no valor de R$ 4.616,80.

Comentário:

Venda à vista = $ 500.000

Venda a prazo = $ 660.000 / 1,1 = $ 600.000

Venda total = $ 500.000 + $ 600.000 = $ 1.100.000

Receita financeira = $ 600.000 x 0,396% = $ 2.388

Gabarito: D

37. (FCC - Pref Manaus - 2019) Um contrato de arrendamento foi realizado por uma empresa para a utilização de um equipamento industrial. O contrato será pago em 36 parcelas mensais de R$ 32.135,00 e uma parcela adicional no valor de R$ 100.000,00 que deverá ser paga juntamente com a 36ª parcela mensal. As demais informações sobre o contrato são as seguintes:

- **Data do contrato: 01/12/2018**
- **Taxa implícita de juros do contrato: 1,2% ao mês**
- **Valor presente das parcelas em 01/12/2018: R$ 1.000.000,00**
- **Vida útil do equipamento para a empresa: 7 anos**
- **Valor residual esperado de venda do equipamento pela empresa: R$ 328.000,00**

O valor total das despesas que afetaram o resultado de dezembro de 2018, decorrentes do contrato de arrendamento citado foi, em reais:

A) 32.135,00.

B) 12.000,00.

C) 20.000,00.

D) 8.000,00.

E) 23.904,76.

Comentário:

As despesas decorrentes do contrato de arrendamento são: depreciação e despesa financeira.

Valor depreciável = Valor presente – valor residual = 1.000.000 - 328.000 = R$ 672.000

Assim:

Depreciação = R$ 672.000 / (7 x 12) = R$ 8.000

Despesa financeira = R$ 1.000.000 x 1,2% = R$ 12.000

Total despesa de dezembro = R$ 8.000 + R$ 12.000 = R$ 20.000

Gabarito: C

38. (FCC - AFAP - 2019) A empresa Nova Era S.A. não registrou em seus passivos provisão para demandas trabalhistas, apesar de serem devidas, mas imateriais. Nesse caso, a empresa deve

A) alterar a demonstração do período anterior por se tratar de erro.

B) manter os registros sem alteração por serem imateriais.

C) alterar a contabilidade por se tratar de mudança em política contábil.

D) manter os registros por se tratar de demandas trabalhistas.

E) alterar os registros por se tratar de erro, mesmo que imaterial.

Comentários:

Questão que trata de conhecimentos do CPC 23 — Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

Vejamos o que a norma trata em relação aos registros devidos, mas que sejam imateriais:

> *43. Um erro de período anterior deve ser corrigido por reapresentação retrospectiva, salvo quando for impraticável determinar os efeitos específicos do período ou o efeito cumulativo do erro.*

Em resumo, o que temos é:

- Se o erro for material/ imaterial, mas houver intenção = retrospectiva
- Se o erro for material e acidental = retrospectiva
- Se o erro for imaterial e acidental = não precisam de correção retrospectiva.

Veja que é o caso da questão. A empresa, nesse caso, deve manter os registros sem alterações já que são imateriais.

Ainda segundo o CPC 23:

> *8. As normas, interpretações e comunicados técnicos estabelecem políticas contábeis que o CFC concluiu resultarem em demonstrações contábeis, contendo informação relevante e confiável sobre as transações, outros eventos e condições a que se aplicam.* ***Essas políticas não precisam ser aplicadas quando o efeito da sua aplicação for imaterial****. Contudo, não é apropriado produzir, ou deixar de corrigir, incorreções imateriais em relação a eles para se alcançar determinada apresentação da posição patrimonial e financeira (balanço patrimonial), do desempenho (demonstração do resultado) ou dos fluxos de caixa da entidade.*

Dessa forma, o gabarito da questão é: **b) manter os registros sem alteração por serem imateriais.**

Gabarito: B

39. (FCC - AFAP - 2019) Considere as assertivas abaixo.

- **I. Aplicação retrospectiva é a aplicação de nova política contábil a transações, a outros eventos e a condições, como se essa política tivesse sido aplicada parcialmente.**
- **II. Reapresentação retrospectiva é a correção do reconhecimento, da mensuração e da divulgação de valores de elementos das demonstrações contábeis, como se um erro de períodos anteriores nunca tivesse ocorrido.**
- **III Aplicação impraticável de requisito ocorre quando a entidade não pode aplicá-lo depois de ter feito todos os esforços razoáveis nesse sentido.**

Está correto o que se afirma em

A) I e II, apenas.

B) II, apenas.

C) I e III, apenas.

D) II e III, apenas.

E) I, II e III.

Comentários:

Questão que trata de conhecimentos do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Vamos analisar as assertivas:

I. Aplicação retrospectiva é a aplicação de nova política contábil a transações, a outros eventos e a condições, como se essa política tivesse sido aplicada parcialmente.

ERRADO. Na verdade, ela erra bem no fim da assertiva. Não é como se a política tivesse sido aplicada parcialmente, e sim como se tivesse sido sempre aplicada.

> *Item 5*
>
> *Aplicação retrospectiva é a aplicação de nova política contábil a transações, a outros eventos e a condições, como se essa política tivesse sido sempre aplicada.*

II. Reapresentação retrospectiva é a correção do reconhecimento, da mensuração e da divulgação de valores de elementos das demonstrações contábeis, como se um erro de períodos anteriores nunca tivesse ocorrido.

CERTO. Literalidade da norma:

> *Definições*
>
> *Reapresentação retrospectiva é a correção do reconhecimento, da mensuração e da divulgação de valores de elementos das demonstrações contábeis, como se um erro de períodos anteriores nunca tivesse ocorrido.*

III Aplicação impraticável de requisito ocorre quando a entidade não pode aplicá-lo depois de ter feito todos os esforços razoáveis nesse sentido.

CERTO. Esse trecho está totalmente correto. A norma detalha um pouco mais essa parte, mas a assertiva continua correta:

> Definições
>
> *Aplicação impraticável de requisito ocorre quando a entidade não pode aplicá-lo depois de ter feito todos os esforços razoáveis nesse sentido. Para um período anterior em particular, é impraticável aplicar retrospectivamente a mudança em política contábil ou fazer a reapresentação retrospectiva para corrigir um erro se: (a) os efeitos da aplicação retrospectiva ou da reapresentação retrospectiva não puderem ser determinados;*
>
> *(b) a aplicação retrospectiva ou a reapresentação retrospectiva exigir premissas baseadas no que teria sido a intenção da Administração naquele momento passado; ou*
>
> *(c) a aplicação retrospectiva ou a reapresentação retrospectiva exigir estimativas significativas de valores e se for impossível identificar objetivamente a informação sobre essas estimativas que:*
>
> *(i) proporciona evidências das circunstâncias que existiam à data em que esses valores deviam ser reconhecidos, mensurados ou divulgados; e*
>
> *(ii) estaria disponível quando as demonstrações contábeis desse período anterior tiveram autorização para divulgação.*

Dessa forma, os itens II e III estão corretos.

Gabarito: D

40. (FCC - AFAP - 2019) As demonstrações contábeis estão em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações se contiverem erros

A) materiais ou erros imateriais cometidos intencionalmente para alcançar determinada apresentação da posição patrimonial e financeira, do desempenho ou dos fluxos de caixa da entidade.

B) materiais cometidos exclusivamente para melhorar determinada apresentação da posição patrimonial e financeira, do desempenho ou dos fluxos de caixa da entidade.

C) imateriais cometidos intencionalmente e especificamente para alcançar determinada apresentação da posição patrimonial e financeira deficitária do desempenho ou dos fluxos de caixa negativos da entidade.

D) materiais ou erros imateriais cometidos involuntariamente para alcançar determinada apresentação da posição patrimonial ou econômica, do desempenho ou dos fluxos de receitas da entidade.

E) imateriais cometidos involuntariamente que distorçam determinada apresentação da posição patrimonial e financeira, do desempenho ou dos fluxos de caixa da entidade.

Comentário:

Segundo o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro,

Retificação de erro

> 41. Erros podem ocorrer no registro, na mensuração, na apresentação ou na divulgação de elementos de demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis não estarão em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações deste CPC se contiverem erros materiais ou erros imateriais cometidos intencionalmente para alcançar determinada apresentação da posição patrimonial e financeira, do desempenho ou dos fluxos de caixa da entidade. Os potenciais erros do período corrente descobertos nesse período devem ser corrigidos antes de as demonstrações contábeis serem autorizadas para publicação. Contudo, os erros materiais, por vezes, não são descobertos até um período subsequente, e esses erros de períodos anteriores são corrigidos na informação comparativa apresentada nas demonstrações contábeis desse período subsequente (grifou-se)

Bem fácil chegar à conclusão de que os erros cometidos intencionalmente distorcem as informações evidenciadas nas demonstrações contábeis. Veja que todas as opções, com exceção da opção E, apresentam casos em que há intenção direta ou indireta para alcançar determinada posição.

Outro ponto que ajuda na resolução da questão é o seguinte:

> Os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações estabelecem políticas contábeis que o CPC concluiu resultarem em demonstrações contábeis, contendo informação relevante e confiável sobre as transações, outros eventos e condições a que se aplicam. Essas políticas não precisam ser aplicadas quando o efeito da sua aplicação for imaterial. Contudo, não é apropriado produzir, ou deixar de corrigir, incorreções imateriais em relação a eles para se alcançar determinada apresentação da posição patrimonial e financeira (balanço patrimonial), do desempenho (demonstração do resultado) ou dos fluxos de caixa da entidade. (grifou-se)

Gabarito: E

CONTABILIDADE DE CUSTOS

41. (FCC - SEAD PI - 2024) Em setembro de 2020, uma empresa do setor industrial produziu 15.000 unidades de seu único produto, mas vendeu apenas 10.000 unidades por preço líquido unitário de venda de R$ 150,00. No período, a empresa apresentou a seguinte estrutura de gastos:

Item	R$
Matéria-prima (por unidade)	20,00
Materiais (por unidade)	10,00
Embalagem (por unidade)	5,00
Mão de obra direta (por unidade)	15,00

Item	R$
Frete sobre vendas (por unidade)	12,50
Comissão sobre vendas (por unidade)0	7,50
Depreciação de maquinário utilizado no processo produtivo	45.000,00
Aluguel da fábrica (mensal)	30.000,00
Energia elétrica da fábrica (mensal)	15.000,00
Salário dos administradores (mensal)	22.000,00
Outras despesas (mensal)	65.000,00

Admita que houve saldo remanescente de estoques de produtos acabados, advindo do mês de agosto, de 1.000 unidades pelo custo total unitário de R$ 50,00. Considerando que a empresa utiliza o Método de Custeio por Absorção Parcial e o critério de avaliação de estoques "Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair", o custo das mercadorias vendidas e a margem bruta, auferidos em setembro de 2020 pela empresa, foram, respectivamente, em reais,

A) 581.000,00; 919.000,00

B) 567.500,00; 932.500,00

C) 554.000,00; 946.000,00

D) 680.000,00; 820.000,00

E) 509.000,00; 991.000,00

Comentários:

A questão exige do aluno conhecimento acerca dos métodos para avaliação de estoques, qual seja: UEPS e PEPS e Custo Médio Ponderado. Os métodos de avaliação de estoques são usados para determinar o custo das mercadorias vendidas (CMV) e o valor do estoque final, impactando diretamente os resultados de uma empresa.

Abaixo os principais métodos:

- **PEPS (Primeiro que Entra, Primeiro que Sai)**: os primeiros itens comprados são os primeiros a serem vendidos. Os estoques finais são compostos pelos itens mais recentes. É aceito pelas normas do CPC/IFRS. Vantagens: em tempos de inflação, aumenta o lucro contábil (os custos mais antigos são menores). Desvantagens: pode aumentar os impostos a pagar.

- **UEPS (Último a Entrar, Primeiro a Sair):** assume que os últimos itens comprados são os primeiros a serem vendidos. O estoque final representa os produtos mais antigos. **Vantagens**: em períodos inflacionários, reduz o lucro contábil (e os impostos). Desvantagens: não reflete o valor de reposição do estoque; proibido pelo IFRS e pela legislação brasileira.

- **Custo Médio (ou Média Ponderada): calcula-se um custo médio dos itens em estoque após cada** compra. O valor das saídas (vendas) é calculado com base nesse custo médio.

No enunciado foi informado que a empresa adota o Método de Custeio por Absorção Parcial e utiliza o critério de avaliação de estoques "Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair" (PEPS). Com base nas informações, solicita-se o custo das mercadorias vendidas (CMV) e a margem bruta apurados em setembro de 2020.

Em primeiro lugar, realiza-se o cálculo do custo de produção referente a 15 mil unidades de mercadorias fabricadas em setembro de 2020.

Descrição	Custo Total (R$)	Custo Unitário (R$)	Base de Cálculo
Custos Variáveis			
Matéria-prima	300.000,00	20,00	R$ 20/unid × 15 mil unid
Materiais	150.000,00	10,00	R$ 10/unid × 15 mil unid
Embalagem	75.000,00	5,00	R$ 5/unid × 15 mil unid
Mão de obra direta	225.000,00	15,00	R$ 15/unid × 15 mil unid
Custo Variável Total	**750.000,00**	**50,00**	

Descrição	Custo Total (R$)	Custo Unitário (R$)	Base de Cálculo
Custos Fixos (Mensais)			
Depreciação de maquinário	45.000,00	3,00	R$ 45.000 ÷ 15 mil unid
Aluguel de fábrica	30.000,00	2,00	R$ 30.000 ÷ 15 mil unid
Energia elétrica da fábrica	15.000,00	1,00	R$ 15.000 ÷ 15 mil unid
Custo Fixo Total	**90.000,00**	**6,00**	
Custo Total de Produção	**840.000,00**	**56,00**	

O custo total de produção para 15.000 unidades é de R$ 840.000,00 . Portanto, o custo unitário é: R$ 56,00 (840.000/15.000)

Resta calcularmos o CVM e a Margem Bruta, como se segue:

Descrição	Valor Total (R$)	Valor Unitário (R$)	Base de Cálculo
Receita Bruta	1.500.000,00	150,00	R$ 150/unid × 10 mil unid
Custo das Mercadorias Vendidas	554.000,00	55,40	(R$ 50/unid × 1 mil unid) + (R$ 56/unid × 9 mil unid)
Margem Bruta	**946.000,00**	**94,60**	

Pelo exposto, o Custo das Mercadorias Vendidas foi R$ 554.000,00; já a Margem Bruta foi de R$ 946.000,00 (para 10.000 unidades vendidas), o que torna correta a alternativa C.

Gabarito: C

42. (FCC - Pref J Guararapes - 2024) A empresa Vida Boa Lida. atua no ramo comercial e realizou, em janeiro de 2022, as seguintes transações:

- **10/01 — Compra de 100 unidades de mercadorias, a prazo, pelo preço liquido unitário de R$ 120,00;**
- **11/01 — Devolução de 10 unidades de mercadorias adquiridas no dia anterior por terem apresentado defeito;**
- **12/01 — Abatimento obtido de R$ 10,00 por unidade aplicado sobre as 90 unidades de mercadorias restantes (adquiridas em 10/01);**
- **14/01 — Venda a prazo de 50 unidades de mercadorias pelo valor total de R$ 12.500,00;**
- **15/01 — Recebimento de devolução do cliente de 5 unidades das mercadorias vendidas em 14/01;**
- **16/01 — Abatimento concedido ao cliente sobre as demais unidades de mercadorias vendidas no valor total de R$ 400,00.**

Nesse caso, admitindo que o saldo de estoques remanescente de dezembro de 2021 era de 10 unidades adquiridas pelo preço líquido unitário de R$ 100,00 e sabendo que a empresa Vida Boa Ltda. utiliza o critério de valoração de estoques Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS), o valor total do Custo das Mercadorias Vendidas, em 15/01/2022. foi de, em reais,

A) 5.200,00

B) 4.850,00

C) 5.400,00

D) 4.950,00

E) 4.450,00

Comentários:

A questão exige que o aluno demonstre conhecimento acerca do método de avaliação de estoques PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair) e apuração do Custo da Mercadoria Vendida (CMV) em determinado período.

Visando ao melhor entendimento, as transações foram organizadas em uma tabela:

Data	Transação	Qtdade	Preço Unitário	Valor Total	Estoque (Unid.)	Estoque (Valor)
Saldo Inicial	-	10	R$ 100,00	R$ 1.000,00	10	R$ 1.000,00
10/01	Compra	100	R$ 120,00	R$ 12.000,00	110	R$ 13.000,00
11/01	Devolução	(10)	R$ 120,00	(R$ 1.200,00)	100	R$ 11.800,00
12/01	Abatimento	90*	(R$ 10,00)**	(R$ 900,00)	100	R$ 10.900,00
14/01	Venda	(50)	-	-	50	R$ 5.450,00***
15/01	Devolução Cliente	+5	-	-	55	R$ 6.000,00

*Abatimento aplicado sobre as 90 unidades restantes da compra de 10/01.

** Redução de R$ 10,00 no preço unitário (R$ 120,00 -110)

*** Valor Ajustado após a venda.

O cálculo do CMV, considerando a baixa do estoque pelo PEPS, é realizado da seguinte forma:

1. Venda de 50 unidades (14/01):

a. Pelo PEPS, foram baixadas:

i. 10 unidades do estoque mais antigo (R$ 100,00/unidade)

ii. 40 unidades da compra do dia 10/01 (R$110,00/unidade).

b. CMV parcial: (10 × R$100,00) +(40×R$110,00) = **R$5.400,00**.

2. Devolução de cliente (15/01):

a. Retorno ao estoque: 5 unidades da compra ajustada (R$ 110,00/unidade).

b. Valor devolvido: 5 × R$110,00 = R$550,00.

c. Ajuste no CMV: R$5.400,00 − R$550,00 = **R$ 4.850,00**.

3. Abatimento (16/01):

a. Concedido ao cliente: **R$ 400,00**.

Observação: o abatimento impacta apenas a receita (dedução da Receita Bruta), não alterando o CMV.

Diante das informações apresentadas, o CMV apurado no período foi de R$ 4.850,00, fazendo da alternativa B a correta.

Gabarito: B

43. (FCC - Pref J Guararapes - 2024) À empresa Abacaxi S.A. produziu, em março de 2021, 10.000 unidades de seu único produto, mas vendeu apenas 8.000 unidades pelo preço líquido de R$50,00 cada. No processo produtivo, a empresa consumiu matéria-prima, materiais e embalagens, cujos custos unitários foram, respectivamente, R$ 8,00, R$4,00 e R$2,00. Durante o mês de março, a empresa incorreu também em gastos com: comissão sobre vendas, mensurada como 10% da receita líquida; despesas administrativas & comerciais de R$ 60.000.00, energia elétrica e aluguel. ambos da área produtiva, de R$ 30.000,00 e R& 70.000,00, respectivamente; e materiais de escritório da área financeira de R$ 15.000,00. Considerando que não havia saldo inicial de estoques no período e que a empresa Abacaxi S.A, adota o Método de Custeio por Absorção Parcial, a margem bruta total auferida pela empresa, em 31/03/2021, foi de, em reais,

A) 168.000,00

B) 108.000,00

C) 248.000,00

D) 208.000,00

E) 93.000,00

Comentários:

A questão solicita que o candidato apresente a Margem Bruta total auferida pela empresa Abacaxi S.A em 31/03/2021. Para chegar a resposta, o candidato deve ter conhecimento a respeito da apuração do resultado, margem bruta, Custo de Mercadorias Vendidas (CMV) e método de custeio por absorção.

A margem bruta (Resultado Operacional Bruto) é a diferença entre a Receita Líquida de Vendas e o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV). Além disso, no método de custeio por absorção parcial, somente os custos de produção (diretos e indiretos) são considerados, as despesas administrativas, comerciais e financeiras não são incluídas no cálculo do CMV.

De posse das informações apresentadas, pode-se calcular o custo total de produção das unidades fabricadas e em seguida, determinar o CMV das unidades efetivamente vendidas para, então, apurar a Margem Bruta.

Item	Cálculo	Valor (R$)
Matéria-prima (un.)	10.000 × R$ 8,00	80.000,00
Materiais auxiliares (un.)	10.000 × R$ 4,00	40.000,00
Embalagens (un.)	10.000 × R$ 2,00	20.000,00
Energia elétrica (fixo)	–	30.000,00
Aluguel da fábrica (fixo)	–	70.000,00
Custo de Produção Total	**Soma dos custos acima**	**240.000,00**

Agora, calcula-se o custo das mercadorias vendidas (CMV) para as 8.000 unidades vendidas:

Custo unitário de produção = R$ 240.000,00 / 10.000 unidades = R$ 24,00 por unidade

CMV = 8.000 unidades x R$ 24,00 = R$ 192.000,00.

Em seguida, calculamos a receita líquida de vendas:

Receita líquida = 8.000 unidades x R$ 50,00 = R$ 400.000,00

Por fim, a margem bruta é a diferença entre a receita líquida e o custo das mercadorias vendidas:

Margem Bruta = Receita Líquida - CMV = R$ 400.000,00 - R$ 192.000,00 = R$ 208.000,00

Logo, a Margem Bruta total auferida pela empresa Abacaxi S.A em 31/03/2021 é R$208.000,00. Gabarito é a alternativa de D.

Gabarito: D

44. (Pref J Guararapes - 2024) A empresa Costura Fácil ltda. atua no mercado como distribuidora de peças de vestuário masculinas, especificamente calças jeans. No mês de janeiro de 2024, a empresa comprou 25.000 unidades de calças jeans, mas vendeu 20.000 unidades pelo preço líquido unitário de R$ 30,00. A estrutura de gastos incorridos pela entidade no período está descrita a seguir:

Nesse caso, admitindo que não havia saldo remanescente de estoques do mês de dezembro de 2023, as margens brutas unitária e total da empresa Costura Fácil Ltda. apuradas com base no Método de Custeio por Absorção Parcial, em 31/01/2024, foram de, respectivamente, em reais,

A) 7,25 e 145.000,00

B) 7,40 e 148.000,00

C) 2,40 e 48.000.00

D) 7,80 e 156.000.00

E) 5,00 e 100.000,00

Comentários:

O enunciado da questão solicita as margens brutas unitária e total da empresa Costura Fácil Ltda. apuradas com base no Método de Custeio por Absorção Parcial, em 31/01/2024. Para responder à questão, o aluno deve demonstrar conhecimento sobre Método de Custeio por Absorção Parcial, que consiste em alocar todos os custos de produção (diretos e indiretos) aos produtos, excluindo despesas administrativas e de vendas, é o tradicional.

Em janeiro de 2024, a empresa Costura Fácil Ltda. adquiriu 25.000 unidades, das quais vendeu 20.000 ao preço líquido de R$ 30,00/unidade. Com base nesses dados e na estrutura de custos fornecida, calcularemos a margem bruta unitária e total conforme o método solicitado.

1. Encontrando os Custos Diretos (Variáveis por Unidade):
    a. Mão de obra direta: R$ 8,00/unidade
    b. Mercadoria (custo da calça): R$ 12,00/unidade

Total de custos diretos por unidade: 8,00 + 12,00=R$ 20,00/unidade

2. Custos Indiretos (Fixos Mensais):
    a. Aluguel do galpão: R$ 20.000,00
    b. Depreciação de equipamentos: R$ 30.000,00
    c. Energia elétrica da produção: R$ 5.000,00

Total de custos indiretos: **20.000+30.000+5.000=R$ 55.000,00**

3. Custo Total de Produção

a. Custos diretos totais: 25.000 unidades×R$20,00=R$ 500.000,00

b. Custos indiretos totais: R$ 55.000,00

Custo total de produção: 500.000 + 55.000=R$ 555.000

4. Custo Unitário pelo Custeio por Absorção:

a. Custo total de produção = 555.000 = R$ 22,20/ Unidade

Unidades produzidas: 25.000

5. Margem Bruta

a. Preço de venda unitário: R$ 30,00

b. Margem bruta unitária: 30,00−22,20=R$ 7,80/unidade

Margem bruta total (20.000 unidades vendidas):
20.000×7,80=R$ 156.000,00

Obs: As despesas não incluídas no custeio por absorção parcial foram os salários administrativos (R$10.000,00), Comissão sobre vendas (R$1,00/unidade), Frete sobre vendas (R$4,00/unidade), pois são despesas administrativas e comerciais.

Portanto, as margens brutas unitária e total da empresa Costura Fácil Ltda. são R$7,80 e R$156.000,00, respectivamente. Alternativa correta é a letra D.

Gabarito: D

45. (FCC - COPERGÁS - 2023) Considere os dados abaixo, para uma empresa fabricante de cervejas artesanais.
Custo Fixo = $ 3.000,00.
Custo Variável Unitário = $ 7,00.
Preço de Venda Unitário = $ 13,00.
Corresponde ao ponto de equilíbrio dessa empresa:

A) $ 6,00 e a quantidade de 18.000 unidades de cervejas.

B) 150 unidades de cervejas.

C) 1.800 unidades de cervejas.

D) a média entre o preço de venda e o custo variável unitário.

E) o lucro de $ 1.500,00, ou seja, 750 unidades de cervejas.

Comentários:

A questão solicita ao candidato que encontre o ponto de equilíbrio de uma empresa fabricante de cervejas artesanais. O ponto de equilíbrio representa o nível de vendas em que a empresa não apresenta lucro nem prejuízo, ou seja, a receita total iguala-se ao custo total. Esse indicador é essencial para determinar a viabilidade operacional do negócio e estabelecer metas de vendas mínimas.

O cálculo do ponto de equilíbrio pode ser feito pela fórmula:

Ponto de Equilíbrio = Custo Fixo e Despesas Fixos / Margem de Contribuição

Por sua vez, a margem de contribuição é obtida pela seguinte fórmula:

Margem de Contribuição= Preço de Venda Unitário - Custos e Despesas Variáveis Unitários

Juntando as duas fórmulas, temos:

Ponto de Equilíbrio = Custo e Despesas Fixos / (Preço de Venda Unitário - Custos e Despesas Variáveis Unitários)

Substituindo os valores do enunciado, temos que o Ponto de Equilíbrio = R$3.000 / (R$13,00 - R$7,00) = 500 unidades.

Logo, a empresa precisa vender 500 unidades de cerveja para alcançar o ponto de equilíbrio. Essa alternativa não foi apresentada, porém analisando as demais alternativas, a letra E afirma que, para obter um lucro de R$1.500,00, a empresa teria que vender 750 unidades de cerveja. Aplicando a mesma fórmula e adicionando o lucro esperado ao custo-fixo, temos o resultado de: (3.000 + 1.500) / (13 - 7) = 750 unidades de cerveja. Alternativa correta, letra E.

Gabarito: E

46. (FCC - SEFAZ PE - 2022) A Indústria Só Problemas S.A. produz um único produto e incorreu nos seguintes gastos durante o mês de setembro de 2022 para a produção integral de 4.000 unidades:

Custos fixos	R$ 128.000,00
Matéria-prima	R$ 15,00/unidade
Mão de obra direta	R$ 7,00/unidade
Despesas fixas	R$ 24.000,00
Despesas variáveis	R$ 3,00/unidade

Considere ainda:

Preço de Venda	R$ 400,00/unidade
Comissões de venda	10% do preço de venda
Impostos sobre a venda	10% da receita de vendas
Quantidade vendida	1.000 unidades

Sabendo que a Indústria Só Problemas S.A. utiliza o Custeio por Absorção, o custo unitário da produção do período foi, em reais:

A) 22,00

B) 32,00

C) 54,00

D) 25,00

E) 60,00

Comentários:

O enunciado solicita que o candidato encontre o custo unitário da produção referente ao período analisado, considerando que a Indústria Só Problemas S.A utiliza o método de custeio por absorção.

O custeio por absorção consiste na apropriação de todos os custos de produção (fixos e variáveis) aos produtos fabricados. Despesas (fixas ou variáveis) não são incluídas no custo do produto, sendo tratadas diretamente no resultado do período.

Adiante, passemos ao cálculo do Custo Unitário pelo Custeio por Absorção:

1. Rateio dos Custos Fixos

a. Os custos fixos são distribuídos por todas as unidades produzidas:

Custo Fixo Unitário = Custo fixo Totais = 128.000 = R$ 32,00/unidade
Quantidade Produzida 4.000

2. Soma dos Custos Variáveis Unitários:

Matéria-Prima:---------- R$ 15,00/Unidade
Mão de Obra Direta:----------R$ 7,00/Unidade
Custo Variáveis Unitários: —----R$ 22,00/ Unidade

Custo Unitário Total (Absorção): CF Unitário + CV Unitários = 32,00 + 22,00 =
R$ 54,00/Unidade

Portanto, o custo unitário da produção referente ao período analisado é de R$ 54,00 por unidade. Isso faz da alternativa C a assertiva correta.

Gabarito: C

47. (FCC - SEFAZ PE - 2022) A Cia. Só Latas produz um único modelo de lata e são conhecidas as seguintes informações:

Preço bruto unitário de vendas R$ 100,00

Impostos sobre vendas 10% sobre o preço de venda

Custos variáveis R$ 30,00 por unidade

Despesas fixas R$ 324.000,00 por mês

Custos fixos R$ 180.000,00 por mês

Com base nessas informações, o ponto de equilíbrio contábil mensal da Cia. Só Latas, em número de unidades, é:

A) 3.600

B) 5.400

C) 3.000

D) 5.600

E) 8.400

Comentários:

Para resolver a questão, o candidato deverá encontrar o ponto de equilíbrio contábil mensal da Cia. Só Latas em número de unidades. O ponto de equilíbrio contábil (PEC) representa a quantidade de unidades que a empresa precisa vender para cobrir todos os seus custos e despesas, sem gerar lucro ou prejuízo.

O cálculo do ponto de equilíbrio pode ser feito pela fórmula:

Ponto de Equilíbrio Contábil = Custos e Despesas Fixos / Margem de Contribuição

Por sua vez, a margem de contribuição é obtida pela seguinte fórmula:

(+) Preço de Venda Unitário —----------R$ 100,00

(-) Custos e Despesas Variáveis Unitários —---(R$ 40,00) [(10% x 100) + 30]

(=)Margem de Contribuição—---------- R$ 60,00

Aplicando a fórmula do PEC: (324.000 + 180.000) / 60 = 8.400 unidades.

Logo, o ponto de equilíbrio contábil mensal da Cia. Só Latas, em número de unidades, é de 8.400 unidades. Alternativa correta: letra E.

Gabarito: E

48. (FCC - TCE-GO - 2022) Considere as informações a seguir sobre a estrutura de custos e despesas da empresa Santa Clara Ltda. que produz um único modelo de luminária de escritório na cor preta:

Em R$

Matéria-prima (por unidade) 23,50

Mão de obra direta (por unidade) 14,75

Energia elétrica da fábrica (mensal) 20.000,00

Aluguel da fábrica (mensal 30.000,00

Comissão sobre venda (por unidade) 7,00

Salário dos supervisores de produção (mensal) 16.000,00

Despesas fixas (mensal) 140.000,00

Durante o segundo trimestre de 20X1, a empresa Santa Clara Ltda. apresentou os seguintes volumes de produção e venda:

	Abril	Maio	Junho
Produção	10.000	10.000	10.000
Venda	8.000	11.250	9.500

Considerando que a empresa Santa Clara Ltda. utiliza o método de custeio pleno, o saldo do estoque de produtos acabados no final de junho de 20X1 é, em reais,

A) 47.812,50

B) 56.062,50

C) 64.812,50

D) 73.562,50

E) 82.312,50

Comentários:

Para obter a resposta correta, o candidato deverá obter o valor do estoque de produtos acabados no final de junho de 20X1, sabendo que a empresa Santa Clara Ltda. utiliza o método de custeio pleno.

A Contabilidade de Custos utiliza diversos métodos para apuração de dados, destacando-se o Custeio Pleno, também conhecido como Custeio Integral, Total, RKW ou Método dos Centros de Custos. Originado na Alemanha no início do século XX, o RKW (*Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit*) é uma técnica de alocação que **rateia todos os custos de produção e despesas da empresa, incluindo financeiras, aos produtos.** Baseia-se na distribuição de custos e despesas por departamentos, seguida de taxas sucessivas, até que todos sejam atribuídos exclusivamente aos produtos, à semelhança das técnicas tradicionais de apropriação de custos indiretos.

Funcionamento:

Alocação departamental: custos e despesas são distribuídos por departamentos.

Rateio aos produtos: após a alocação inicial, os valores são repassados aos produtos por meio de critérios de apropriação, seguindo métodos tradicionais de custeio indireto.

Objetivo: assegurar que todos os gastos da empresa sejam absorvidos pelos produtos, baseando-se em uma lógica de rateio sistemático.

Para calcular o saldo do estoque de produtos acabados em junho de 20X1, utilizando o método de **custeio pleno**, deve-se fazer o seguinte:

1. Calcular o número de unidades em estoque:

a. Produção total (abril a junho): 30.000 unidades

b. Vendas totais (abril a junho): 28.750 unidades

c. Estoque final: 30.000 – 28.750 = **1.250 unidades**

2. Cálculo do custo unitário pelo custeio pleno:

a. Custos diretos (por unidade):

i. Matéria-prima: R$ 23,50

ii. Mão de obra direta: R$ 14,75

iii. Subtotal: R$ 38,25

3. Custos indiretos e despesas fixas (rateio mensal):

a. Energia elétrica: R$ 20.000

b. Aluguel da fábrica: R$ 30.000

c. Salário dos supervisores: R$ 16.000

d. Despesas fixas: R$ 140.000

e. Total por mês: R$ 206.000

f. Como a produção mensal é de **10.000 unidades**, o rateio por unidade é:

R$ 206.000/10.000= R$ 20,60/ unidade

4. Custo unitário total (custeio pleno):

R$ 38,25 (diretos)+20,60 (indiretos)= R$ 58,85

5. Valor do estoque final: 1.250 unidades x R$ 58,85= R$ 73.562,50

Importante : a comissão de vendas não foi incluída, pois é uma despesa variável vinculada apenas às unidades vendidas, não ao estoque.

Pelo exposto, conclui-se que o saldo do estoque de produtos acabados no final de junho de 20X1 da empresa Santa Clara Ltda, totalizou R$ 73.562,50, o que faz da alternativa D o gabarito.

Gabarito: D

49. (FCC - TCE-GO - 2022) A empresa Amora Ltda. fabrica peças de bijuteria artesanais em acrílico colorido, que são vendidas no mercado nacional. Ela possui três linhas de produção – brincos, colares e anéis. Após a finalização da produção, as bijuterias são comercializadas por meio de uma mesma estrutura de e-commerce. Os principais custos e despesas da empresa são os seguintes:
Manutenção do e-commerce: montante mensal correspondente à manutenção da plataforma de vendas virtual, pois a empresa não possui loja física.
Depreciação: montante apurado com base no método das quotas constantes referente à máquina utilizada para realizar o corte do acrílico empregado na confecção das bijuterias das três linhas.
Salário dos designers: remuneração mensal dos colaboradores responsáveis pelo desenho das peças, sendo que cada designer é responsável somente por uma das três linhas.
Salário das artesãs: funcionárias que confeccionam as peças finais utilizando as partes de acrílico, argolas, tarraxas e fechos, cuja remuneração está vinculada à quantidade produzida.
Salário dos responsáveis pelos envios das peças para os clientes: remuneração mensal dos funcionários encarregados pela separação das peças para preparo dos pacotes e envio aos clientes.

Com base no objeto de custeio unidade de peça de bijuteria,

A) a depreciação é um custo fixo direto.

B) o salário dos designers é uma despesa fixa direta.

C) o salário das artesãs é uma despesa variável direta.

D) a manutenção do e-commerce é uma despesa fixa indireta.

E) o salário dos responsáveis pelos envios é um custo variável direto.

Comentários:

Para resolver a questão, o candidato deverá analisar cada item à luz de conceitos de custeio.

É importante saber que:

- Custos quanto ao volume produzido:
  - Fixos: não variam com o volume de produção, permanecendo constantes em um determinado período. Ex: aluguel de uma fábrica (R$10.000/mês, independentemente de quantos produtos são fabricados).
  - Variáveis: mudam proporcionalmente ao volume de produção. Ex: matéria-prima (R$ 5 por unidade; se produzir 100 unidades, o custo é R$ 500; se produzir 200, é R$ 1.000).

- Custos quanto a identificação ao produto:
  - Diretos: são facilmente apropriados a um produto ou serviço específico. Ex: madeira usada para fabricar uma mesa (o custo da madeira é diretamente ligado à mesa produzida).
  - Indiretos: não possuem condição de serem diretamente associados a um produto específico, pois são compartilhados por vários produtos ou atividades. A alocação dos custos aos produtos é realizada por meio de rateios ou estimativas. Ex: energia elétrica de fábrica (não é possível atribuí-la diretamente a um único produto, sendo necessário dividi-la entre todos os itens produzidos).

Com base nesses conceitos, torna-se possível a análise de cada alternativa:

A) a depreciação é um custo fixo direto.

A classificação como "custo fixo direto" está **INCORRETA**. Na realidade, trata-se de um custo fixo indireto. Isso ocorre porque a depreciação não pode ser atribuída especificamente a apenas uma linha de produtos (brincos, colares ou anéis), sendo necessário realizar seu rateio com base em critérios técnicos como horas/máquina ou volume de produção. Ressalta-se que os custos indiretos não possuem uma medida objetiva direta de alocação.

B) o salário dos designers é uma despesa fixa direta.

A afirmação de que seria "despesa fixa direta" é **EQUIVOCADA**. Na verdade, trata-se de custo fixo direto. Isso porque esses salários estão diretamente vinculados ao processo produtivo, especificamente na criação dos designs. Além disso, como cada designer trabalha exclusivamente em uma linha de produtos, não há necessidade de rateio, caracterizando-o como custo direto. Lima (2014) reforça que os custos são todos os gastos relacionados à produção de bens ou serviços.

C) o salário das artesãs é uma despesa variável direta.

A classificação inicial como "despesa variável direta" está **ERRADA**. O correto é custo variável indireto por

alguns motivos: (1) trata-se efetivamente de custo, já que está ligado à confecção das peças; (2) é variável porque varia conforme a quantidade produzida; e (3) é indireto porque exige rateio entre as três linhas de produtos, uma vez que as artesãs trabalham em múltiplos produtos simultaneamente.

D) a manutenção do e-commerce é uma despesa fixa indireta.

Essa foi **CORRETAMENTE** classificada como despesa fixa indireta. Justifica-se: (1) é despesa, porque está associada à comercialização e não à produção; (2) é fixa por ter valor mensal constante; e (3) é indireta porque precisa ser rateada entre todos os produtos vendidos. Vale destacar que as despesas são gastos não vinculados ao processo produtivo, ou seja, é todo esforço para vender .

E) o salário dos responsáveis pelos envios é um custo variável direto.

A afirmação de que seria "custo variável direto" está **INCORRETA**. A classificação adequada é despesa fixa indireta, pois: (1) é despesa por estar relacionada à etapa de comercialização; (2) é fixa por ser uma remuneração mensal invariável; e (3) é indireta porque precisa ser distribuída entre as diferentes linhas de produtos.

Gabarito: D

50. (FCC - TCE-GO - 2022) A indústria têxtil São José Ltda. identificou, durante a análise de suas informações de custos, que está operando com Margem de Segurança Operacional de 22%. Isso significa que a indústria têxtil São José Ltda. está com

A) uma margem de lucro operacional de 22% em relação à receita bruta de vendas.

B) um volume de vendas acima do ponto de equilíbrio contábil e, portanto, está conseguindo cobrir todos os seus custos e despesas.

C) um saldo de estoques 22% superior do que a quantidade requerida para atender aos seus pedidos.

D) uma variação de 22% no lucro operacional para cada ponto de variação percentual no volume.

E) um volume de vendas acima do ponto de equilíbrio econômico e, portanto, está conseguindo obter margem de contribuição total igual ao montante dos custos e despesas fixos totais.

Comentários:

Para resolver essa questão, é necessário compreender o que é Margem de Segurança Operacional. A Margem de Segurança Operacional é um indicador gerencial que expressa, em percentual, o quanto as vendas atuais excedem o ponto de equilíbrio contábil — volume mínimo de vendas necessário para cobrir custos fixos e variáveis, evitando prejuízos.

Uma margem de 22% indica que as vendas reais superam em 22% esse ponto, evidenciando que a empresa opera com lucro e possui folga financeira.

Representada pela fórmula:

Margem de Segurança (%) = [(Vendas Reais – Ponto de Equilíbrio) / Vendas Reais] × 100

Com base nas informações apresentadas, pode-se concluir que a indústria têxtil São José Ltda. apresenta um volume de vendas 22% acima do ponto de equilíbrio contábil, conseguindo cobrir todos os seus custos e despesas, gerando lucro operacional. Portanto, a alternativa é a letra B.

A seguir, a análise das demais alternativas:

A) uma margem de lucro operacional de 22% em relação à receita bruta de vendas.

ALTERNATIVA INCORRETA. A margem de segurança não representa o lucro, mas a diferença percentual entre as vendas atuais e o ponto de equilíbrio contábil. A margem de lucro é um indicador distinto, relacionado à rentabilidade.

C) um saldo de estoques 22% superior do que a quantidade requerida para atender aos seus pedidos.

ALTERNATIVA INCORRETA. A margem de segurança não está vinculada à gestão de estoques, mas à análise financeira e contábil do desempenho das vendas em relação aos custos.

D) uma variação de 22% no lucro operacional para cada ponto de variação percentual no volume.

ALTERNATIVA INCORRETA. A margem de segurança não está vinculada à gestão de estoques, mas à análise financeira e contábil do desempenho das vendas em relação aos custos.

E) um volume de vendas acima do ponto de equilíbrio econômico e, portanto, está conseguindo obter margem de contribuição total igual ao montante dos custos e despesas fixos totais.

ALTERNATIVA INCORRETA. O ponto de equilíbrio econômico considera, além dos custos fixos e variáveis, os pagamentos do capital próprio (lucro desejado). A margem de segurança de 22% refere-se ao ponto de equilíbrio contábil, conforme indicado no anunciado. Além disso, no ponto de equilíbrio contábil, a margem de contribuição apenas dos custos fixos, sem gerar lucro.

Gabarito: B

O que você achou deste e-book?

Sua opinião é muito importante para nós! Conte-nos como foi sua experiência de estudo com este e-book.

https://forms.gle/2wX6PbeYVn6t2qnH8

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

https://bit.ly/Sistemas-de-Questões

Estratégia
Concursos